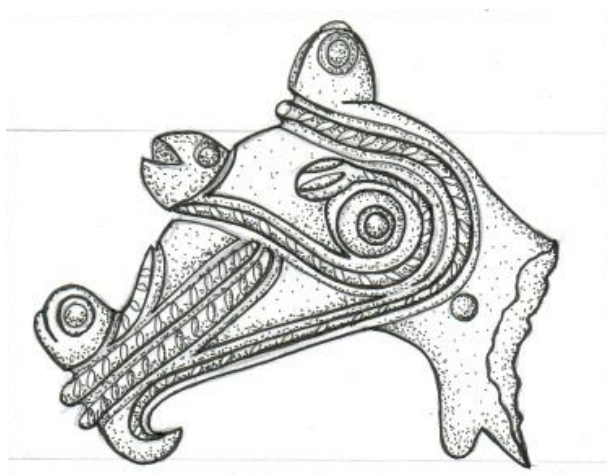




**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA**

RAIMUNDO CARLOS FERREIRA ALVES

**TERRITÓRIO E VIDA: ARQUEOLOGIA EM CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS
NO PAE LAGO GRANDE**



SANTARÉM- PARÁ

2023

RAIMUNDO CARLOS FERREIRA ALVES

**TERRITÓRIO E VIDA: ARQUEOLOGIA EM CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS
NO PAE LAGO GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Antropologia e Arqueologia do
Instituto de Ciências da Sociedade, para
obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia
pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientadora: Dra. Camila Pereira Jácome

SANTARÉM - PARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

A474t Alves, Raimundo Carlos Ferreira
 Território e vida: arqueologia em contextos socioambientais no PAE Lago Grande./ Raimundo Carlos Ferreira Alves. – Santarém, 2023.
 99 p. : il.
 Inclui bibliografias.

 Orientadora: Camila Pereira Jácome.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Arqueologia.

 1. PAE Lago Grande. 2. Arqueologia pública. 3. Contexto socioambiental. I. Jácome, Camila Pereira, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 930.1098115

Raimundo Carlos Ferreira Alves

**TERRITÓRIO E VIDA: ARQUEOLOGIA EM CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PAE
LAGO GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado de
Arqueologia do Instituto de Ciências
da Sociedade, para a obtenção do
grau de Bacharel em Arqueologia pela
Universidade Federal do Oeste do
Para.

Conceito 9,3

Data de Aprovação 09/02/2023



Prof.ª Dra. Camila Pereira Jácome (Orientadora), Arqueologia - ICS
Universidade Federal do Oeste do Pará

 Documento assinado digitalmente
DIEGO AMOEDO MARTINEZ
Data: 10/02/2023 11:13:26-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Diego Amoedo Martinez, Antropologia (ICS)
Universidade Federal do Oeste do Pará

 Documento assinado digitalmente
MARCONY LOPES ALVES
Data: 10/02/2023 12:55:46-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Ms. Marcony Lopes Alves, Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo

À minha mãe Jovelina e meu pai Casemiro (*in memoriam*), que me ensinaram como viver e sempre correr atrás de meus objetivos, não desistir na luta e superar as dificuldades. Deles trago a ancestralidade amazônica que me motiva a chegar até aqui e buscar outros caminhos que nos traga melhores dias.

AGRADECIMENTOS

Chegar a esse momento tão importante que marca a conclusão de um curso universitário é algo que enche o coração de alegria. Por isso quero aqui estender os meus agradecimentos.

Sei que poderei esquecer vários nomes, e isso não é proposital, foram tantas pessoas que fizeram parte dessa conquista junto comigo. Primeiramente quero agradecer a minha família por todo o apoio dado nesses anos que estive na universidade, a minha esposa Vanuza Vieira que sempre me incentivou a não desistir e esteve sempre ao meu lado nos momentos difíceis. Aos meus filhos Lucas, Alexandre e Fernando que são a razão de nossa luta por melhores dias e também a minha mãe Jovelina Alves pelos ensinamentos, pelas histórias e pelo conhecimento compartilhado. Com ela aprendi muito sobre a vida, sobre o interior, com suas histórias reais e imaginárias, com seu jeito amazônida que nunca esqueceu. A meu pai Casemiro Alves (*in memoriam*) que me fez gostar da floresta, do rio e da terra com suas falas carregadas de conhecimento ancestral.

Quero também agradecer aos meus amigos e amigas que são tantos e tantas que não citarei nomes pois sei que vou esquecer alguém. Os amigos são a certeza que não estamos sozinhos, tanto os da luta social, como aqueles que nos acompanham desde sempre de perto e de longe, os amigos da sala de aula que foram companheiros no aprendizado. Agradeço a minha turma de arqueologia. Aos meus professores e professoras que foram sensacionais a contribuir com a nossa formação acadêmica, são pessoas realmente comprometidas com o ensino de excelência. Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dra. Camila Jácome que foi muito compreensível e incentivadora com o meu tema de pesquisa, só gratidão!

Aos comunitários do PAE Lago Grande, começando pelos diretores/as do STTR e FEAGLE que nos apoiaram na chegada ao território, assim também aos comunitários do Caranã, Terra Preta do Salé, Cabeceira do Ouro, Cabeceira do Marco, Guajará e Itacumini que compartilharam conosco seus ensinamentos e nos acolheram em suas casas. Ao projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia pelo apoio nas pesquisas na pessoa do prof. Diego Amoedo e a toda equipe do projeto. Enfim a todos e todas que de certa forma deram um pouco de sua ajuda e deixam a nossa conquista ainda mais significativa.

Agradeço a Universidade Federal do Oeste do Pará, ao Instituto de Ciências da Sociedade e ao Programa de Antropologia e Arqueologia pela oportunidade de fazer esse curso de Arqueologia, foi uma das melhores coisas que me aconteceu nesses últimos 6 anos. O conhecimento adquirido ampliou muito a minha compreensão de mundo e de sociedade, ajudando o meu posicionamento crítico a respeito de muitas questões sociais, ambientais e culturais. Conhecimentos que levarei para minha caminhada de pesquisador que está apenas começando.

RESUMO

A Amazônia e suas diversas comunidades tradicionais vivem uma vida de resistência perante o avanço do capital e sua famigerada sede por recursos naturais. Os estudos arqueológicos na Amazônia de modo geral, apontam essa região como uma terra densamente ocupada por diversos povos no passado pré-colonial. As comunidades do PAE (Projeto Agroextrativista) Lago Grande na sua maioria lidam com os fragmentos cerâmicos, materiais líticos e com os sítios e paisagens arqueológicas criando relações que muitas vezes não seguem a nossa lógica de arqueólogos. A pesquisa que trazemos aqui neste trabalho vem falar dessas relações das pessoas e as coisas do passado, numa perspectiva de defesa do território optando pela forma do “bem viver” numa região rica em recursos naturais, mas com grandes situações de conflito que ameaçam a sua integralidade como território coletivo. Sob os conceitos da arqueologia pública e arqueologia colaborativa, que busca uma melhor aproximação da Arqueologia com as pessoas no sentido de entendimento e colaboração. Com o apoio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), fomos conhecer em campo como acontece essas relações das pessoas do PAE e sua materialidade arqueológica. O resultado foi trazer um pouco mais de conhecimento das vivências dessas comunidades, não como apenas mais um ponto perdido no mapa, mas como algo pulsante e dinâmico, onde flui relações tanto com a sua materialidade arqueológica como com seu contexto socioambiental.

Palavras-chave: PAE Lago Grande. Arqueologia Pública. Contexto Socioambiental.

ABSTRACT

The Amazon and its various traditional communities live a life of resistance in the face of the advance of capital and its infamous head of natural resources. Archaeological studies in the Amazon in general point to this region as a land densely occupied by several peoples in the past. PAE Lago Grande communities mostly deal with ceramic fragments, lithic materials and archaeological sites and landscapes creating relationships that often do not follow the logic of Archaeology. The research we bring here in this work comes to talk about these relationships of people and the things of the past, in a perspective of defense of the territory opting for the form of "buen vivir" in a region rich in natural resources, but with great situations of conflict that threaten its integrality as a collective territory. Under the concepts of public archaeology and collaborative archaeology, it seeks a better approximation of Archaeology with people in the sense of understanding and collaboration. With the support of the New Social Cartography project of the Amazon (PNCSA), we went to know in the field how these relationships of the people of the PAE and their archaeological materiality happen. The result was to bring a little more knowledge of the experiences of these communities, not as just another point lost on the map, but as something pulsating and dynamic, where relationships flow both with their archaeological materiality and with their socio-environmental context.

Keywords: PAE Lago Grande. Public Archaeology. Socio-environmental context.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do Pae Lago Grande e sua localização entre os municípios de Santarém e Juruti.....	17
Figura 2 - Típica área de cerrado, ou campo da natureza comum no baixo e médio Lago Grande.....	23
Figura 3 - Ilha do Taperebá, típica ilha de várzea, situada próxima da boca do Lago Grande, serve de pastagem no tempo de seca no lago.	25
Figura 4 - Contaminação por metais pesados da MRN no Lago Batata em Oriximiná.	31
Figura 5- Barragem da MRN próxima ao quilombo Boa vista Oriximiná PA	31
Figura 6 -Complexo de barragens da MRN no município de Oriximiná PA.....	32
Figura 7- Assoreamento do igarapé Jauari em Juruti Velho	33
Figura 8- O ídolo do Carariacá descrito por Nimuendajú.....	45
Figura 9 - Mapa de Nimuendajú localizando as comunidades do Lago Grande e os sítios de terra preta, locais onde realizou coleta de material arqueológico.	47
Figura 10 - Mapa da região do PAE Lago Grande com seus sítios arqueológicos	48
Figura 11- Prancha produzida por Nimuendajú sobre o material arqueológico do Lago Grande. Comunidades Paricatuba e Guajará.	49
Figura 12 - Prancha 1 com desenhos de apliques cerâmicos do Lago Grande- A) aplique zoomorfo Carariacá, B) aplique zoomorfo Caranã, C) aplique zoomorfo. Local indefinido.	50
Figura 13-Prancha 2 com desenhos de cerâmicas do Lago Grande, mas com locais de origem indefinidos.....	51
Figura 14- Coleção de cerâmicas na comunidade Caranã Alto Lago.....	52
Figura 15- Coleção de Cerâmicas na comunidade São Francisco Alto Lago	53
Figura 16 - Coleção na Comunidade Santo André região de Várzea- Alto Lago	54
Figura 17- Coleção de apliques cerâmicos Comunidade Itacumini médio Lago Grande.....	54
Figura 18 - Material Lítico na Comunidade Guajará Baixo Lago	55

Figura 19 - Seu Julião, comunitário da Cabeceira do Ouro mostrando a mata do Uxizal, segundo ele é a morada do Curupira. Um espaço particular, mas de uso coletivo da comunidade.	60
Figura 20 - Fragmentos cerâmicos da comunidade São Francisco alto lago. Coleção do Sr. Ronan. Local: terra firme e várzea.	61
Figura 21 - Apliques zoomorfo e antropomorfo comunidade São Francisco.....	61
Figura 22 - Fragmento cerâmico no solo de terra preta comunidade Igarapé Açú, vizinha a Cabeceira do Marco- médio Lago Grande.	63
Figura 23 - Comunitários da Cabeceira do Marco durante a oficina de produção de mapas socioambientais.....	64
Figura 24 - Nova Itália, local de referência de pesca dos comunitários da Cabeceira do Marco e Pindorama.	64
Figura 25 - Comunitário do Caranã no sítio de terra preta com a plantação de macaxeira e o mamão que nasce naturalmente após a queima da roça.....	67
Figura 26 - Seu Mauro, comunitário do Caranã, mostrando a antiga parede do forno de torrar farinha do tempo de seu pai.	67
Figura 27 - Croqui da casa de um comunitário do Caranã em relação ao sítio de terra preta.....	70
Figura 28 - Mapa com as divisões do PAE Lago Grande	76
Figura 29 - Mapa de localização da comunidade Guajará no PAE Lago Grande	77
Figura 30 - Fragmentos cerâmicos (apliques, bordas, paredes e material lítico(machadinho) da comunidade de Guajará PAE Lago Grande região do Arapixuna. baixo lago.....	78
Figura 31 - Localização da comunidade Itacumini no PAE Lago Grande	80
Figura 32 - Formação arenítica na comunidade de Itacumini às margens do Lago Grande de Curuai. Plano Geral mostrando o contexto ambiental do sítio.	81
Figura 33 - Gravura antropomorfa sob rocha arenítica na comunidade de Itacumini chamada pelos comunitários de “a sereia”	83
Figura 34 - Gravura antropomorfa plano detalhe.	84
Figura 35 - Pannel com motivos gráficos em forma de espirais, muito comum neste sítio rupestre, plano intermediário.....	84
Figura 36 -Gravuras geométricas espirais. Foto detalhe.	85

Figura 37 - Painel com gravuras geométricas, mostrando contexto deposicionais de aluvião.....	86
Figura 38 - Painel com figuras geométricas espirais.....	87
Figura 39 - Apliques cerâmicos e estatueta feminina do sítio de terra preta do Itacumini.	88
Figura 40 - Os caminhos da pesquisa no PAE Lago Grande (equipe do projeto PNCSA,2022) Comunidade Cabeceira do Ouro médio Lago.	93
Figura 41 – Aplique cerâmico zoomorfo, cabeça de urubu-rei. Região do Lago Grande, Santarém. Artefato original, guardado no Laboratório Curt Nimuendajú, UFOPA-Santarém..	95

LISTA DE SIGLAS

ALCOA - *Aluminum Company of America*

ABRAGE - Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica

CESP - Companhia Elétrica de São Paulo

CFI - Centro de Formação Interdisciplinar

CPATU - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEAGLE - Federação das Associações de Moradores e Comunidades Agroextrativista da Gleba Lago Grande

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GPS - Sistema de Posicionamento Global

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MATAPU - Sociedade de Mineração LTDA

MTV - Movimento Tapajós Vivo

MPF - Ministério Público Federal

MRN - Mineração Rio do Norte

ONGs - Organizações não governamentais

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAE - Projeto Agroextrativista

PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PRIMAZ - Programa de integração mineral em municípios da Amazônia.

RESEX - Reserva Agroextrativista

STTR/STM - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 O LAGO GRANDE, LOCALIZAÇÃO E ÁREA DE PESQUISA..	21
1.1 Constituição do PAE Lago Grande e as ameaças enfrentadas.....	26
1.2 Ameaças ao território do PAE	27
1.3 Quando a mineração é uma grande ameaça às comunidades.....	29
CAPÍTULO 2 ARQUEOLOGIA PÚBLICA E ARQUEOLOGIA COLABORATIVA.....	35
2.1 Arqueologia colaborativa em comunidades tradicionais na Amazônia.....	38
2.3 Comunidade e patrimônio as pessoas e os artefatos arqueológicos	40
CAPÍTULO 3 ARQUEOLOGIA NO LAGO GRANDE.....	43
3.1 Apresentação do material arqueológico guardado do Laboratório Curt Nimuendajú doado por Carlos Alves.....	50
3.2 Apresentação das coleções dos comunitários do Lago Grande.	52
CAPÍTULO 4 VIVÊNCIAS NAS COMUNIDADES DO PAE LAGO GRANDE, A RELAÇÃO DAS PESSOAS COM OS SÍTIOS E VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS	57
4.1 Cabeceira do Ouro	58
4.2 Cabeceira do Marco	62
4.3 Comunidade Caranã.....	65
4.4 Guajará.....	76
4.5. Itacumini.....	79
4.7 Discussão dos resultados	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
BIBLIOGRAFIA	

INTRODUÇÃO

A vida das pessoas que residem nessa parte da Amazônia, precisamente onde está localizado o Lago Grande, foi tradicionalmente marcada por uma forte ligação com o território, ou um espaço geográfico que inclui as paisagens naturais de floresta, rios, caminhos, roças e lugares de moradia. Essas coisas estão muito ligadas com a vida das pessoas principalmente que vivem no interior. A ideia que tenho de paisagem natural, aprendi com meus pais, através das contações de suas histórias, que sempre incluía as paisagens e os lugares onde residiram no baixo Tapajós. As caçadas, trabalhos na roça, os “puxirões”¹, viagens a pé e de canoa a vela, as travessias perigosas no Tapajós e as noites de Piracaia² nas praias. Cresci ouvindo isso e que me fez criar essa conectividade com o interior e com minha ancestralidade, e isso me acompanha até os dias atuais.

A minha escolha de tema e área de pesquisa começou a ser desenhada em 2019, quando tive a oportunidade de conhecer o Lago Grande, a luta de seu povo pela integridade do seu território e pelo direito de dizer não aos projetos desenvolvimentistas. Já conhecia essa luta a partir dos relatos de pessoas que vivem nessa região, que participaram de encontros e seminários onde, no entanto ainda não tinha ido e vivenciado de perto como é o cotidiano delas. A minha militância no Movimento Tapajós Vivo (MTV) que atua em defesa do Rio Tapajós e seus povos me ajudou com uma maior aproximação, assim como o entrosamento, com as lideranças locais da FEAGLE (Federação das Associações de Moradores e comunidades da Gleba Lago Grande) e do STTR/STM (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém), também da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) com o curso de Arqueologia, que me colocou no caminho da pesquisa científica e no

¹ Vem do termo *puxirum* que se remete ao trabalho coletivo onde muita gente trabalha em num sentido de cooperação para uma pessoa da comunidade ou para a comunidade em si.

² Ato de assar o recém pescado em uma fogueira na praia do rio. Atividade comum as comunidades no interior da Amazônia.

direcionamento desta, dentro desse território, no projeto da Nova Cartografia Social.

Esse projeto atua junto às comunidades da Amazônia no sentido de dar visibilidade a estas, mostrando que não são apenas um ponto no espaço geográfico, mas que representam um universo de relações entre pessoas, objetos, paisagens e memória. Os mapas socioambientais produzidos pela Nova Cartografia Social da Amazônia em 2022 mostram essa realidade pois, são construídos pela própria comunidade, que conhece bem seu espaço onde atua. O projeto é concebido pelos cursos de Antropologia e Arqueologia com a proposta de realizar uma abordagem etnográfica da territorialidade desses grupos, tendo como base o plano de manejo assim como as relações particulares que os diferentes coletivos têm/estabelecem com seu território e a partir daí construir um boletim que mostre a luta social e a importância do território PAE Lago Grande para as pessoas dessa parte da Amazônia. (proposta apresentada ao PPGCSPA/PNCSA, 2020).

O Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia já atua há 17 anos na região com relevantes serviços junto às comunidades tradicionais. Seu objetivo tem sido fortalecer as lutas sociais e ambientais dos povos da Amazônia, organizados em coletivos que buscam sua identificação com o território, sua ancestralidade e seu empoderamento social. O principal objeto da Cartografia Social é a territorialização desses diversos coletivos, sendo mais uma ferramenta de resistência contra as violações de direitos e de invisibilidade como povos e comunidades tradicionais. Nesse projeto os povos são os grandes protagonistas na elaboração de seus mapas sociais, grandes conhecedores do território, tem plena convicção daquilo que almejam mostrar para as entidades, órgãos públicos e sociedade em geral. (SILVA, 2020)

No PAE Lago Grande o projeto aconteceu no período 2º semestre de 2021 e no 1º semestre de 2022 e as atividades de campo/pesquisa foram lideradas pelo professor da UFOPA, Diego Amoedo do curso de Bacharelado em Antropologia, também contou com outros professores como: Prof.^a Camila Jácome do Bacharelado em Arqueologia; Prof. Ricardo Scoles do CFI; e a Prof.^a Lucibeth Arruda do Bacharelado em Antropologia, além de 4 alunos da

Antropologia e 2 alunos da Arqueologia. O projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia no Lago Grande, também buscou a mesma finalidade junto às comunidades do PAE, ser mais uma ferramenta de resistência das comunidades desse território, fortalecendo o coletivo no caso o STTR e a FEAGLE que são as instituições parceiras junto às comunidades. O projeto elaborou um relatório de campo que vai ajudar na constituição do boletim que é o principal resultado do projeto, contando com as transcrições das diversas conversas com os comunitários, descrição dos locais, além dos mapas socioambientais produzidos por eles.

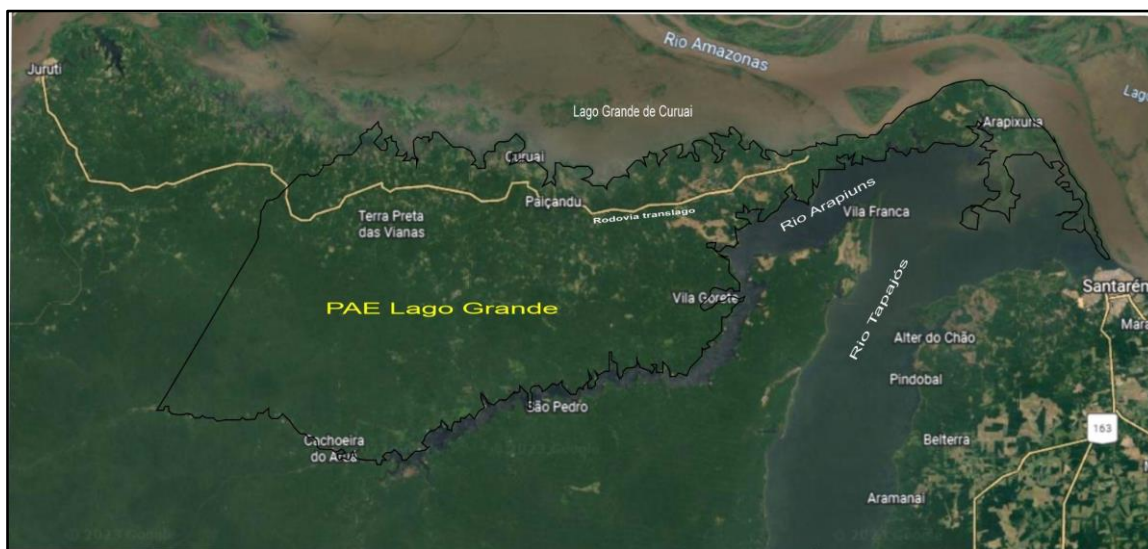
Nessa experiência com a vivência nas comunidades e seus desafios cotidianos, mas sobretudo na área de arqueologia que lida com lugares de memória, paisagem, e relações com a materialidade, as pessoas continuam a construção de novas narrativas e novas paisagens e dão a isso novos sentidos, e significados (BEZERRA, 2017, p.3). Nesse sentido, o projeto da Nova Cartografia ajudou muito na construção dessa pesquisa com a comunidade, ouvindo suas narrativas de resistência, de histórias contadas que ativam memórias, que falam de lugares e objetos e de pessoas. Isso tudo pode ser experimentado na aplicação do estudo de caso. Foi possível perceber a partir da realidade de cada comunidade visitada, o quanto a união comunitária pode fortalecer o PAE, mas também mostrou que ações individuais como venda de terras, pode afetar e trazer grandes consequências para o território do Lago Grande. Ações individuais e interesses políticos contrários ao assentamento tem gerado grandes conflitos na região.

O Lago Grande ainda é de certo modo desconhecido para a Arqueologia, pois ainda poucos trabalhos foram produzidos e publicados. Porém suas áreas vizinhas como Oriximiná, Juruti, Óbidos e Santarém, já tem bastante informação pois despontam com pesquisas sistemáticas deste a década de 50. (GOMES 2002; GUAPINDAIA, 2008; HILBERT, 1955, HILBERT; HILBERT, 1980; PANACHUK, 2016; ROOSEVELT *et al.*, 1991; SCHAAN; TRAVASSOS, 2015) Nesta pesquisa apresento um pouco da Arqueologia desenvolvida nesta região com um destaque ao pesquisador Curt Nimuendajú que apresentou a região do Lago Grande como uma área potencialmente arqueológica.

Nossa pesquisa foi idealizada na proposta da Arqueologia Pública e Arqueologia Colaborativa, como meios de envolvimento dos comunitários como voz ativa e afirmativa do que eles entendem sobre os sítios e artefatos cerâmicos tão comuns em suas comunidades. (BEZERRA, 2007; LIMA *et al* 2016), A partir de nossas conversas como troca de conhecimento científico e popular, criamos uma ponte para a realização de futuras pesquisas que ampliem esse conhecimento não só na questão cultural, mas também socioambiental.

Sendo esse o principal foco da pesquisa, procuramos ilustrar o cotidiano das pessoas principalmente das comunidades de Caranã, Terra Preta do Salé, Retiro no Alto Lago, Cabeceira do Marco, Cabeceira do Ouro, Itacumini no médio Lago e Guajará na região do Arapixuna baixo Lago, todas pertencentes ao PAE Lago Grande e com diferenças sociais, ambientais e contextos arqueológicos bem distintos. Também com diferenças bem marcantes em relação ao território e a luta social, pois o PAE surgiu de uma luta pela integridade do território e em defesa socioambiental, luta essa que segue até os dias atuais. A pesquisa se deu de forma aleatória com os comunitários que foram indicados pelas lideranças locais, sendo esses conhecedores de suas histórias e lutas sociais. As comunidades também foram indicação das entidades responsáveis pelo PAE, no caso a FEAGLE e o STTR de Santarém e escolhidas em assembleia geral.

Figura 1 - Mapa de localização do Pae Lago Grande e sua localização entre os municípios de Santarém e Juruti.



Fonte: Raimundo Carlos Alves, a partir do Google Earth (2023).

As entrevistas com as lideranças das comunidades e comunitários, estão transcritas no capítulo 4 deste trabalho de conclusão de curso, foram realizadas no âmbito do projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Vale ressaltar que o contato com essas lideranças e com esses comunitários, se deram primeiro na ação do campo do projeto (PNCSA) e que foram importantes para meu retorno às comunidades a fim de aprofundar a pesquisa. Em suma, o projeto da Nova Cartografia abriu portas e me ajudou na compreensão das lutas e desafios dessa parte do PAE Lago Grande.

O boletim produzido pela equipe do PNCSA ainda está em prelo, aguardando para ser publicado. O documento será muito importante na defesa do território do PAE, principalmente nas comunidades visitadas pela equipe do projeto, foi nesses locais que aconteceram as descrições, identificação dos conflitos, entrevistas e a produção dos mapas socioambientais.

O Bem-viver³ é uma forma diferente de vida no território, que se contrapõe ao modo de vida capitalista, como mencionado no Manifesto de Cuipiranga, no trecho a seguir:

Nós vivemos em sintonia com a Mãe Terra, respeitando florestas, rios, igarapés, animais e plantas. Produzimos e tiramos nosso sustento da terra, das matas e das águas. Nossas crenças, nossas tradições e nossa espiritualidade têm estreita relação com os encantados, com os sagrados e com a mística energia da natureza que compõe a nossa própria existência (Manifesto de Cuipiranga, 2019).⁴

O não reconhecimento desse modo de vida, abre brechas para políticos oportunistas, empresários e grandes proprietários de terra jogarem contra o território coletivo, cooptando lideranças comunitárias, causando instabilidades na região.

³O Bem Viver é de origem dos povos dos Andes, e está relacionado a questões do mundo natural e sobrenatural, mas numa perspectiva de melhor relacionamento da humanidade com a natureza. É um contraponto ao uso dos recursos naturais como mercadoria, para satisfazer poucos com o sofrimento de muitos.” (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017: 233 apud LIMA 2019).

⁴ O Manifesto de Cuipiranga foi produzido durante a Romaria do Bem Viver que aconteceu em 2019 na comunidade de Cuipiranga rio Arapiuns e contou com a participação de mais de 1300 pessoas, em sua maioria jovens. Além do manifesto, houve uma caminhada até a comunidade de Muruí, onde fica a sede da FEAGLE. (<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Manifesto-Cuipiranga.pdf>)

A pesquisa vai mostrar como acontece a interação dos comunitários com os solos de terra preta, instigando os acontecimentos do passado e que estão na memória das pessoas que vivem nesses lugares, suas experiências com os artefatos arqueológicos que são por eles objetos de coleção. Tudo isso mesclado numa vivência socioambiental, num território marcado pela insensibilidade do governo ao desmatamento, grilagem de terras, ameaças a lideranças e narrativas contrárias ao uso coletivo da terra.

Esta pesquisa está organizada com os seguintes capítulos:

Capítulo 1- Nesse primeiro capítulo apresento a contextualização da região onde está situado o PAE Lago Grande com seus sítios arqueológicos identificados por Nimuendajú, (PÁTAMA, 1960) Marcio Amaral e pela nossa pesquisa de campo. Trago sua localização geográfica e suas características geoambientais. Apresento como o PAE (Projeto Agroextrativista) foi constituído e sua importância na defesa do território. Concluindo esse capítulo falo um pouco das ameaças que o PAE Lago Grande enfrentou e vem enfrentando nesses últimos anos, principalmente com os projetos minerários. Trago as questões de enfrentamento ao agronegócio no planalto santareno e também falo dos acidentes provocados pela mineração no Oeste do Pará, além dos impactos que esses projetos deixam nas comunidades.

Capítulo 2 - No segundo capítulo trazemos os conceitos sobre a Arqueologia Pública com reflexões de Tatiane Fernandes (2004), Márcia Bezerra (2003; 2013; 2017) Laize Sousa (2018) essas autoras têm trabalhos expressivos com a Arqueologia Pública que achei importante ressaltar. Trago também conceitos sobre a Arqueologia Colaborativa com contribuições de (SILVA, 2007,2009, 2011), (MACHADO, 2013), (LIMA, 2018), (CAMPOS, 2019) e (MANFRINI,2018), seus trabalhos são norteadores de nossa pesquisa colaborativa. Ainda dentro desse capítulo falo sobre alguns trabalhos desenvolvidos na Amazônia que podem ser exemplos para nossa pesquisa. Concluo falando do patrimônio arqueológico e das pessoas que são o nosso foco de trabalho no Lago Grande.

Capítulo 3 - Neste capítulo trago uma breve revisão bibliográfica daquilo que a arqueologia já desenvolveu a partir do Lago Grande, com destaque para o trabalho de Curt Nimuendajú e suas pesquisas, seus desenhos mostrando os materiais arqueológicos desta região. Também apresento pranchas com desenhos de uma coleção de materiais do Laboratório Curt Nimuendajú, assim como fotografias do registro de coleções dos comunitários, mostrando ser essa uma região de destaque para o entendimento dos povos pré coloniais que viveram numa região de transição entre duas culturas de destaque, a konduri e tapajônica (NIMUENDAJÚ, 2004), (ALVES, 2018, p.12).

Capítulo 4 - Apresento a metodologia aplicada a pesquisa, a partir do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) realizada nas comunidades Cabeceira do Ouro, Cabeceira do Marco e Caranã. A pesquisa realizada no PAE Lago Grande optou por metodologia qualitativa com perguntas semiestruturadas para obtenção de dados que nos ajudassem a ter uma compreensão do tema que nos propomos a entender. A ideia era colher o máximo de informações sobre os sítios arqueológicos (terra preta), os artefatos, questão de território e entendimento sobre os empreendimentos e suas ameaças ao modo de vida. Optamos por gravar as entrevistas com a permissão de cada entrevistado e transcrever isso de forma direta, quando a conversa estivesse atendendo o objetivo proposto. Por fazer parte da proximidade de Caranã a pesquisa se estende com comunitários do Retiro e Terra Preta do Salé. Também apresento as pesquisas feitas na comunidade Guajará no Baixo Lago e Itacumini no médio lago, com as mesmas inferências feitas no alto Lago Grande. Neste mesmo capítulo trago as transcrições de entrevistas com os comunitários e apresento o que pude perceber que estava relacionado em suas falas, com temas específicos como: as terras pretas, materiais arqueológicos, questões de território e conflitos. Apresento também as discussões daquilo que percebi como mais relevante na pesquisa desenvolvida nessas comunidades e aponto caminhos que podemos construir juntos num trabalho de colaboração futuro. Concluo com as considerações finais.

CAPÍTULO 1 O LAGO GRANDE, LOCALIZAÇÃO E ÁREA DE PESQUISA

A Bacia Amazônica é uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, com mais de 7 milhões de km². É uma bacia intracratônica⁵ em forma de prato ou bacia. Seu principal rio é o Amazonas que percorre por cerca de 6.280 km até desaguar no Oceano Atlântico, sendo o maior rio do mundo em volume de água. Possui por volta de sete mil afluentes e diversos cursos menores de águas, além de pequenos e grandes lagos, formados principalmente pela cheia do rio (SILVA SOUSA, 2009, p. 22). Os rios amazônicos que nascem nos Andes são conhecidos como de água branca, já os rios que nascem no planalto das guianas e planalto brasileiro são denominados ou de “águas claras” ou “negras” conforme a coloração de suas águas. Essas águas têm esses aspectos devido sua formação geológica ser mais antiga e carregarem menos sedimentos que os rios de água branca. Esse entendimento sobre os aspectos físicos das águas, cheia/ vazante é importante para que possamos entender a vida dos aglomerados humanos presente na região e que nos propomos a estudar.

O Lago Grande recebe diversos cursos d'água chamados na região amazônica de igarapés, que nascem mais ao sul da região, entre eles destacamos: Igarapé São José, Tabatinga, Irini, São Lucas, Cruzador, Santa Luzia, Soledade, Retiro, Traíra, Paissandu, do Simoa, entre outros (informação verbal)⁶. Todos esses igarapés recortam a PA 274 e sofrem impactos diretos das erosões pluviais e desmatamento de suas margens, visto que essa rodovia não é pavimentada. Muitas comunidades do PAE estão às margens desses igarapés, que desempenham um papel importante no cultivo de muitas famílias e também em seus momentos sociais.

As comunidades que são banhadas pelo rio Amazonas algumas delas, sofrem com o fenômeno das terras caídas que é muito comum nas áreas de várzea, isso pode ser visto na comunidade de Guajará, parte do sítio já

⁵ Uma depressão topográfica em área *cratônica* em forma de prato, que recebeu sedimentos de áreas mais elevadas como o Escudo da Guianas, Escudo brasileiro e a Cordilheira dos Andes (disponível em: sigep.com.gov.br).

⁶ Relato de Antônio Galvão, liderança da FEAGLE

desbarrancou devido às chuvas e enxurradas, além das enchentes no rio Amazonas e passagens de grandes navios.

O Lago Grande é um típico lago de várzea, formado pelas águas do rio Amazonas, chamado “Lago Grande do Curuai”. O nome do lago também deu nome à toda região que o circunda, formada pela terra firme onde estão a maioria das comunidades. Situada no oeste do município de Santarém é banhada pelo rio Amazonas ao norte/leste e pelo rio Arapiuns/Tapajós ao sul. A oeste o território faz limite com o município de Juruti.

É significativa a ligação que as comunidades do Lago Grande têm com o rio Amazonas, sendo o lago também uma extensão dessas águas. A vida dos moradores segue o ritmo das águas, que todos os anos em períodos bem definidos, pode estar completamente cheio ou totalmente seco, como toda a bacia do baixo Amazonas que tem o seu período de enchente de dezembro a junho e vazante de julho a novembro. Essa mudança no nível das águas está totalmente ligada com o período das chuvas na região, chamado de inverno amazônico e de pouca ou total ausência de chuva chamada de verão amazônico. É na vazante que estando mais baixo o nível dos rios e lagos, que a pesca é mais produtiva, devido o menor volume de água ocasionar a redução de espaços de circulação de peixes. Também é nesse período que as roças são cortadas e queimadas e preparadas para o cultivo.

O relevo da região é característico de área de várzea e terra firme da Amazônia, sendo de formação geológica Alter do Chão, com característica na parte leste e oeste o solo apresenta ser neossolo flúvico com presença de vegetação de campo equatorial de várzea e relevo plano (SILVA SOUSA, 2009, p. 29). Na parte sul apresenta latossolo amarelo de textura argilosa com predominância de floresta equatorial. Nos campos naturais apresentam solo de baixa fertilidade, arenosos denominados areias quartzosas (SILVA SOUSA, 2009, p.29).

A vegetação nessa parte do município de Santarém caracteriza-se por sua maior parte pela floresta equatorial latifoliada⁷ que cobre a maior porção da área de terra firme do Lago Grande. O cerrado⁸ (figura 2) também está na região com a presença de pequenas árvores e campinarana (SILVA SOUSA, 2009, p.31) são chamados de campos da natureza pelos moradores locais. Algumas regiões do lago grande são cortadas por extensas áreas de campo natural com milhares de hectares (Figura 3).

Figura 2 - Típica área de cerrado, ou campo da natureza comum no baixo e médio Lago Grande.



Fonte: Autor (2022)

Entre essas áreas de campo naturais aparece a floresta mais densa, geralmente usada pelos comunitários para extração de madeira e derrubada para feitiço de roças, ocupam grandes extensões nas propriedades disputando espaço com a savana amazônica nessa parte do baixo lago grande.

Em todo Lago Grande a predominância de florestas ocupa grande parte do interflúvio entre os lagos e o rio Arapiuns que está ao sul. Aí estão também

⁷ Latifoliadas, são plantas de folhas largas típicas de regiões de clima tropical úmido e equatorial, as folhas largas ajudam na transpiração (disponível em: <https://www.proenem.com>)

⁸ Ecossistema brasileiro muito semelhante à savana, sendo o segundo bioma brasileiro, muito rico em biodiversidade e sua maior parte concentrado na região centro oeste do Brasil (brasil.escola.uol.com.br,

as áreas de serras de onde nascem os igarapés, que irrigam a floresta. Já na região de várzea, predominam as florestas de igapós e os campos alagados (Figura 4) que ocupam grandes extensões, servindo para pastagem para o gado e outros animais, no tempo de pouca chuva também chamado de verão amazônico. Esses locais são de máxima importância para as populações que vivem da pesca artesanal e de subsistência, a várzea do Lago Grande, sendo rica em pescado sustenta a vida de muitas pessoas, mas que enfrenta os conflitos com geleiras (barcos que praticam a pesca comercial na região) e grandes fazendeiros que controlam o ir e vir de vários comunitários ao redor das áreas de pesca. Importante destacar também que a várzea é onde os pequenos fazendeiros, ou os comunitários que criam gado, no tempo da seca esses animais são levados para pastarem nas amplas áreas de campos que foram fertilizadas pelas águas do Amazonas no período da cheia dos rios. (Figura 3)

O pesquisador Ricardo Folhes destaca que a prática de deslocamento de animais, principalmente gado, também chamada de transumância, é recente com registros do início do séc. XX. Mas a prática da pecuária na várzea é mais antiga na região, remonta ao início do séc. XVIII e estava ligada aos grandes fazendeiros, gente da elite (FOLHES, 2016, p.29). Nos dias atuais muitos comunitários praticam a criação de gado e pequenos animais, e fazem uso das áreas da terra firme e várzea para criação desses animais, acompanhando a sazonalidade das águas.

Conforme visto na Figura 2 que mostra toda a área geográfica do PAE Lago Grande, percebemos que região tem muitos sítios arqueológicos já conhecidos e/ou registrados. Boa parte deles foi identificado pela primeira vez por Curt Nimuendajú, no início do século XX, quando visitou a região e mapeou os sítios e as comunidades (ver Figura 7). No capítulo 3 vamos falar um pouco mais sobre esse pesquisador. O arqueólogo Marcio Amaral também percorreu grande parte desses sítios em 2010, registrou por GPS as coordenadas e nos concedeu gentilmente, no qual agradecemos e que ajudaram a compor esse mapa, além disso, nosso trabalho de campo registrou mais 5 sítios de terra preta que estão localizados no alto Lago Grande nas comunidades de Terra Preta do Salé, Retiro, Caranã e Tauari.

Os sítios arqueológicos do Alto Lago Grande têm características diferentes dependendo da localização geográfica, sendo que aqueles próximos a igarapés e áreas mais baixas são chamados de terra preta de areia, e os de área de serra são chamados de terra preta de barro. Resultado de modos diferentes de ocupação.

Figura 3 - Ilha do Taperebá⁹, típica ilha de várzea, situada próxima da boca do Lago Grande, serve de pastagem no tempo de seca no lago.



Fonte: Autor (2022)

O PAE Lago Grande é formado por 147 comunidades distribuídas por três áreas chamadas de Alto, Médio e Baixo Lago. A área conta também com o Território indígena Cobra Grande, demarcado pela FUNAI em 2018 e que compõe essa imensa região, sendo este território indígena situado na parte sul é banhado pelo Rio Arapiuns. O PAE é um assentamento da Reforma Agrária e

⁹ Na ilha de Taperebá em 2022, foi feito um trabalho de campo de investigação de um sambaqui descrito por Nimuendajú em 1924 (NOELLI, 2002, p.303). O Projeto Sambaquis do Holoceno achou o Sambaqui e também coletou material, como líticos, cerâmicas e material ósseo.

tem como objetivo dar segurança de posse da terra a comunidades que já vivem a várias gerações, assegurando que estas não sejam expulsas. É um assentamento criado para atender as famílias de agricultores e agricultoras que vivem em áreas públicas e devolutas a muito tempo (GIFFONI; COELHO; MAIA, 2019).

Durante a pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia o comunitário José Flávio da Cabeceira do Ouro nos relata como aconteceu o processo de criação do PAE e sua opinião sobre o mesmo.

Olha, a constituição do PAE foi um movimento do sindicato com o Ministério Público, eles foram... foi feita uma consulta pública nas comunidades, porque muitos não podiam conseguir seus títulos da terra, então, houve esse movimento pra gente conseguir um assentamento agroextrativista, aí foi feita consulta no Lago Grande, teve duas consultas, aí teve no Arapiuns e outra no Arapixuna.... Era melhor (opção) porque ia ter os benefícios né, e aí outra coisa melhor é que a gente não ia pagar o título, e outra coisa que era uma garantia para nós segurar nossa terra... pra não vender, porque eu com o título definitivo, sendo meu, posso vender pra quem eu quiser, e esse título que é o título coletivo dá uma garantia pra gente não vender a terra da gente, porque também já tinha uma ameaça das mineradoras na época (JOSÉ FLÁVIO, Comunitário da Cabeceira do Ouro- Boletim, PNCSA, no prelo).

1.1 Constituição do PAE Lago Grande e as ameaças enfrentadas.

O Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Lago Grande começou a ser planejado em 1998 após a criação da RESEX (Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns), com uma assembleia na comunidade de São Francisco no Rio Arapiuns. No início da criação do PAE a ideia era abranger a região da gleba Lago Grande e a gleba Nova Olinda. Isso se estendeu por mais 6 anos, até que em 2004 começaram as audiências públicas, promovidas pelo STTR e MPF, além de outras entidades. Foram realizadas primeiro nas comunidades de Muruí e Maranhão, depois outra dessa vez em Vila Brasil, no Arapiuns, sendo a última na comunidade de Cuipiranga, região do Arapixuna. A participação popular nessas audiências contou com mais de 2.400 pessoas, sempre com a presença do Ministério Público Federal.

Depois de formuladas as constituições jurídicas perante o INCRA, que aconteceu em 2004, no ano de 2005 começou a se trabalhar a construção do

estatuto da futura federação e a indicação de nomes, que iria compor a diretoria executiva da entidade, acontecendo as plenárias nas comunidades de Carariacá, Atodi, Soledade e Inanu. Nesse mesmo ano, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR/ STM) foi oficialmente criada a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE).

Depois da criação da entidade, o próximo passo seria a formulação do Plano de Utilização que iria dar as diretrizes aos moradores do PAE, do uso correto dos recursos naturais, assim como os direitos e responsabilidades dos assentados. Construído por todos através de reuniões e assembleias nas comunidades, o plano finalmente foi aprovado no dia 25 de novembro de 2006 na comunidade de Urucureá com a participação de mais de 2.000 pessoas (PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA PAE LAGO GRANDE-STTR/STM, 2006)¹⁰.

A criação do PAE Lago Grande foi uma conquista coletiva, um passo muito importante para a integridade do território e também do direito dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de dizer como querem viver, tendo o direito à terra e aos bens que ela produz, de dizer não aos empreendimentos desenvolvimentistas que só degradam o meio ambiente explorando e exaurindo a terra, tirando dela os recursos naturais. Esse assentamento é alvo de constantes conflitos e ameaças, sendo a invasão de madeiras e o possível desmatamento o motivo de sua criação. Mesmo sendo criado a 17 anos, as ameaças não desapareceram, ao contrário aumentaram nos últimos anos.

1.2 Ameaças ao território do PAE

O PAE Lago Grande sofre várias ameaças de vários tipos, por ainda conter áreas de florestas nativas, a participação de madeiros ilegais é uma

¹⁰ Em 2006, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém-STTR/STM com o apoio da Sask (Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia), elaborou essa cartilha que tem como objetivo o esclarecimento dos processos de criação do PAE Lago Grande, o Plano de Utilização e todos os trabalhos e conquistas dos trabalhadores daquela região.(Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, 2006- Cartilha Projeto de Assentamento Agroextrativista-PAE Lago Grande e Nova Olinda)

ameaça constante principalmente no Alto Lago Grande, também a presença de pessoas que aproveitam os ramais abertos na mata por madeireiros e acabam “grilando” áreas públicas como acontece na comunidade do Caranã, segundo o relato dos comunitários. Isso é uma realidade preocupante porque gera outros conflitos secundários, como apontou o projeto DA Nova Cartografia Social da Amazônia (Boletim PNCSA no prelo). Os comunitários ainda apontam a questão da caça e pesca ilegal, que são mencionados no plano de uso, sendo que essa é apenas permitido nos casos de subsistência e proteção das roças e animais domésticos (Plano de Utilização do PAE, 2006:19).

Dentre as ameaças, o agronegócio também é uma sombra tenebrosa no PAE na mesma perspectiva de desenvolvimento e progresso como acontece na região do Tapajós, com desmatamento para plantio principalmente da soja, assim como a instalação de grandes portos para o seu escoamento para os grandes centros consumidores como a Europa, Ásia e Estados Unidos. O projeto Arco Norte é um grande exemplo de como este setor está bem articulado com os principais produtores, exportadores, classe comercial e esferas governamentais federais, estaduais e municipais. Os impactos mais óbvios, é a perda de ecossistemas naturais convertidos em soja. ...os sojicultores compram terras já desmatadas dos pequenos agricultores que são obrigados a migrar pra outras regiões ou cidades. (FEARNSIDE, 2006, p.292)

Na região de Santarém o avanço da soja tem afetado muito as populações do planalto santareno, com muitas famílias tendo que migrar para as periferias da cidade, devido ao cultivo da soja simplesmente acabar com a comunidade. Sem falar nos conflitos com as populações indígenas do povo Munduruku e Apiaká do Planalto, assim como as comunidades quilombolas. Segundo os próprios indígenas do povo Munduruku do planalto como o seu Josenildo da Aldeia Açaizal,

A nossa luta é principalmente contra esse tipo de desrespeito que acontece voltado para a derrubada da floresta da mata, aterro dos nossos igarapés, poluição, isso tudo provocado pela chegada da soja em nossa região. Isso se intensificou mais a partir desse momento [...] porque nós preservamos(sic) e luta contra o desmatamento, contra tudo que vem nos atingir. Os de fora vem e fazem, e muitas vezes não

acontece nada. Muitas vezes não, quase sempre é assim (informação oral)¹¹

Outro morador do planalto também fala da sua insatisfação em ter a soja bem do lado de seu território indígena.

A nossa luta aqui, em primeiro lugar, é pelo direito das nossas terras. Porque hoje vocês podem passar aqui e ver esse deserto, mas não 'semos' nós que fizemos isso. Isso é pessoas que está nos atingindo e deixando que a gente viva no deserto. Então se você como autoridade não olhar para esse lado indígena e lutar junto com a gente, a gente vai viver pior do que isso. Porque vocês sabem que o índio ele depende do rio e da caça; e com esse desmatamento não tem chance de nós sobreviver, a não ser com isso. (Raimundo Nonato Oficina de Mapas, São Francisco da Cavada, NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2012).

1.3 Quando a mineração é uma grande ameaça às comunidades.

Uma das atividades que causa grande apreensão às comunidades tradicionais, é na verdade a mineração que também tem se intensificado nas últimas décadas. Segundo as ONG's Fase e Poemas a mineração é um conjunto de processos, atividades e indústrias que fazem a extração de substâncias minerais como: ferro, bauxita, estanho, ouro e cobre e sedimentos do solo e subsolo. Essa atividade tem crescido bastante no Brasil, e a Amazônia tem sido a grande reserva desses minerais que as empresas querem tanto extrair. Só o Brasil possui 9% das reservas mundiais de minério. Com 3,6 bilhões de toneladas, o Brasil possui a terceira maior reserva de bauxita do mundo. O estado do Pará ocupa o segundo lugar na produção de minérios do país, ele ocupa a primeira posição em relação a bauxita, com 85% da produção brasileira. As ONGs ressaltam que mesmo com toda essa produção minerária, existe um déficit com a riqueza produzida pela mineração que não chega na população, e

¹¹ Josenildo Cruz, Aldeia Açaizal, Planalto Santareno (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA). O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem". (SILVA, 2020)

que na verdade a distribuição dos impactos é que é distribuída (GIFFONI; COELHO; MAIA, 2019).

As comunidades têm sim razão em se preocupar quando a mineração bate à sua porta, pois os acidentes ocorridos em Brumadinho e Mariana em Minas Gerais ainda não foram esquecidos e muito menos reparados em termos legais. O crime ambiental de Mariana não tem precedentes, pois arrasou com a bacia do rio Doce, “gerando uma tragédia social e ambiental e deixando dezenove mortos, 45 municípios atingidos” (SILVA *et al*, 2020 *apud* WANDERLEY, 2021, p.9). É preocupante a destruição causada por essas mineradoras, principalmente nessa magnitude que ocorreu no Estado de Minas Gerais, nem mesmo a força negativa de um desastre iminente foi capaz de barrar o avanço dessa atividade no Estado. Mesmo sendo esse um tipo de desastre que pode marcar para sempre e de forma negativa a vida de milhares de pessoas. Joaquim Wanderley aponta que as relações de poder entre os atingidos e as mineradoras é desigual. Segundo ele “as corporações contam com a conveniência e inação do Estado, o que faz com que as resoluções de reparação definidas em acordos entre agentes públicos e privados, não atendam a todos que sofreram os danos e os efeitos de um desastre” (WANDERLEY, 2021, p.10).

Um dos maiores crimes ambientais na Amazônia aconteceu em Oriximiná em 1976, mais precisamente no Lago Batata e que afetou drasticamente o Quilombo Boa Vista. O descarte de rejeito da mineração diretamente no lago, alterou consideravelmente a qualidade da água, lançando metais pesados afetando a comunidade quilombola que tinha como área de pesca o referido lago. Segundo a revista Repórter Brasil 2020, a empresa MRN tentou corrigir o dano ambiental, mas não teve grandes avanços, eles mesmo admitem que é impossível o lago voltar a seu estado original. Hoje é impensável uma atividade dessa natureza sem o licenciamento ambiental, mas mesmo com as práticas de baixo danos ao meio ambiente o risco de um acidente acontecer é muito alto e sempre quem são os mais prejudicados são os comunitários.

Figura 4 - Contaminação por metais pesados da MRN no Lago Batata em Oriximiná.



Fonte: <https://reporterbrasil.org.br/2020/07/mina-de-bauxita-deixa-legado-de-pobreza-e-poluicao-em-quilombo-do-para/>.

Segundo a Comissão Pró -Índio de São Paulo, existem cerca de 27 barragens no Brasil só da MRN em operação, dessas 25 estão no interior da floresta Saracá- Taquera na região do Rio Trombetas, todas a jusante de comunidades ao longo do rio, sendo uma a apenas 430 m do quilombo Boa Vista (Figura 6). Sendo uma real ameaça aquela comunidade no caso de rompimento. O complexo de barragens de rejeitos da MRN está a menos de 20 km das cabeceiras dos formadores do Lago Sapucúá, com várias comunidades ribeirinhas, área de pesca e sítios arqueológicos (Figura 7).

Figura 5- Barragem da MRN próxima ao quilombo Boa vista Oriximiná PA



Fonte: Carlos Penedo (2016)

Figura 6 -Complexo de barragens da MRN no município de Oriximiná PA



Fonte: Carlos Penedo (2016)

Os comunitários que vivem à sombra desses grandes empreendimentos minerários reclamam da falta de transparência da empresa de mineração quanto a eventuais desastres que possam acontecer, sendo que não existe um programa de treinamento sistemático para situações de emergência nem tão pouco acesso a relatórios de fiscalização por parte de equipe técnica de segurança. Caso aconteça um rompimento as comunidades têm que contar com a própria sorte para não serem afetadas. (COMISSÃO PRÓ- ÍNDIO, 2022).

Outro impacto ambiental aconteceu na comunidade de Jauari em Juruti Velho, município de Juruti, quando parte de uma área de contenção deslizou para dentro do igarapé Jauari, ocasionando o assoreamento do mesmo (Figura 8). Isso acontece porque ao desmatar grandes áreas de florestas, o material é colocado em grandes valas junto a todo tipo de sedimento, com as fortes chuvas esses sedimentos acabaram indo parar dentro do igarapé, afetando a qualidade de suas águas, interferindo na sua dinâmica e na sua biodiversidade. E os mais prejudicados acabam sendo os moradores que dependem desses mananciais para sua alimentação, fornecimento de água e seu lazer, além do ambiente natural que fica totalmente prejudicado. (TAPAJÓS DE FATO, 2021)

Figura 7- Assoreamento do igarapé Jauari em Juruti Velho



Fonte: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia> (2021)

A mineradora ALCOA é uma das empresas multinacionais que tem grandes pretensões de instalar seus projetos minerários no Lago Grande, sendo que já conta com estudos das áreas que pretende explorar para a extração de bauxita. Até o ano de 2019 já existiam 28 requerimentos para exploração minerária no PAE. As áreas pretendidas somadas somam mais de 55% do território, só a ALCOA tem quase a metade da área pretendida. (Projeto Todos os Olhos na Amazônia, STTR/STM/, FASE, FEAGLE, GREENPEACE, 2020).

Segundo essas entidades, se essas empresas conseguirem as autorizações para implantar seus projetos de mineração, haverá uma série de impactos sociais e ambientais na região do Lago Grande, e as ameaças pós implantação do projeto, serão algo muito real no PAE. No momento o MPF expediu recomendação e a Justiça Federal determinou que a empresa ALCOA e a sua subsidiária MATAPU não entrem novamente na região com finalidade de pesquisa, nem de lavra. Também exige que o direito dessas comunidades seja respeitado, que é o direito à consulta prévia e informada segundo a Convenção 169 da OIT, a qual o Brasil é signatário, essa informação foi acessada a partir do Projeto Todos Os Olhos Na Amazônia realizado em 2020

De acordo com as ONGs FASE e POEMAS (2019) pode-se destacar esses impactos quando da implantação de um projeto minerário na Amazônia:

- Grandes concentrações de terra na mão dos empresários e remoção forçada dos moradores para outros lugares;
- Destruição do modo de vida da população local, toda a conexão com a terra, paisagem e pessoas é cortada;
- Aumento da pobreza e da desigualdade social visto que o projeto minerário acaba com toda atividade econômica antes praticada nas comunidades. Os empregos gerados pela mineração são poucos e específicos para especialistas na área, muitos vindo de fora;
- Pressão sobre os sistemas de saúde e educação que acontece nas cidades que recebem o contingente que saiu do campo e foi para as cidades próximas;
- Aumento da violência e do consumo de drogas e álcool e que sempre acontece nas periferias das cidades, para onde vai grande parte dos moradores ou mesmo nas comunidades próximas pelo grande fluxo de pessoas de outros lugares;
- Aumento da prostituição e da exploração sexual infantil provocado pelos grandes números de homens trabalhadores do início da obra, que se aproveitam da situação social das meninas e as exploram sexualmente. Problemas de saúde e mortes pelo tráfego de veículos pesados, barulhos de explosões, poluição sonora e atmosférica prejudicando quem mora perto de uma mineração.

CAPÍTULO 2 ARQUEOLOGIA PÚBLICA E ARQUEOLOGIA COLABORATIVA

Nossa pesquisa na região do Lago Grande foi desenvolvida a partir dos conceitos da Arqueologia Pública, um subcampo da Arqueologia que busca interação e diálogo horizontal com a sociedade. (SOUSA, 2018, p.82) Sendo uma prática adotada em vários trabalhos de pesquisa, principalmente pela arqueologia de contrato no âmbito do licenciamento ambiental. Muito ligada a questões de educação patrimonial e preservação do patrimônio arqueológico. Nós pesquisadores fazemos ciência e nosso objetivo é sempre fazer com que o nosso trabalho seja conhecido e chegue à sociedade. A maneira como fazemos, apresentamos e dialogamos ajuda muito na sua compreensão pelo público externo. Por isso é tão importante dentro desse trabalho acadêmico, apresentar a arqueologia pública e como as suas aplicações tem ajudado na divulgação dos trabalhos de arqueologia no Brasil e na Amazônia.

A arqueóloga Márcia Bezerra (2003) destaca que desde 1913, que esse tema da arqueologia pública já era utilizado nos Estados Unidos, como regulamentação no que foi chamado de “*Antiquities Act*”¹² que trata sobre os sítios arqueológicos em terras públicas e o acesso do público ao resultado das escavações. Deixando a arqueologia mais ao alcance do público. (MCMANAMON, 2000 *apud* BEZERRA, 2003)

Para Tatiana Fernandes (2004) a Arqueologia Pública surge nos Estados Unidos no trabalho de Charles McGimsey III na década de 1970, que é uma reflexão sobre os processos acelerados de destruição dos ambientes naquele país. Nesse período os Estados Unidos passavam por um rápido crescimento, ameaçando os recursos naturais, assim como os sítios arqueológicos. Para esse pesquisador norte-americano os sítios estavam bastante ameaçados, tanto pelo vandalismo, quanto pela forma amadora de se fazer pesquisas na época. O que gerava preocupação na questão de

¹² - A Lei de Antiguidades (16 USC 431-433) foi a primeira lei dos Estados Unidos a fornecer proteção geral para qualquer tipo geral de recurso cultural ou natural. Estabeleceu a primeira política nacional de preservação histórica para os Estados Unidos” (Lee 1970:1 ff.) (MCMANAMON, 2000) disponível em: <https://www.nps.gov/archeology>

preservação, em sua opinião os métodos de pesquisa precisavam ser revistos assim como a administração pública dos recursos ambientais e culturais. Uma preocupação com o papel social das pesquisas, e também como elas poderiam estar construindo uma narrativa da própria história da ocupação humana em território americano (FERNANDES, 2004, p.6).

Nesta mesma década eram fortes as discussões sobre preservação e conservação do patrimônio arqueológico e isso trouxe um novo panorama para arqueologia no território americano, o que aumentou consideravelmente a profissionalização na arqueologia e suas inserções em órgãos governamentais. Assim também como o aumento do debate sobre as metodologias de campo. (JAMESSON *apud* FERNANDES, 2004)

Essas discussões sobre o papel da arqueologia e o público se tornou muito central no pós-processualismo, que ao questionar de forma crítica o modo como a arqueologia interagia com o público, proponha substituir aquela arqueologia fechada em si mesma, por uma interpretação do passado aberta a outras vozes, numa nova conexão passado e presente. (SOUSA, 2018, p.84). A arqueologia pública veio socializar as pesquisas arqueológicas, a partir de novas interações com a sociedade, o público começou a se tornar foco importante na construção do conhecimento e desse modo ajudar na conservação do patrimônio arqueológico.

Márcia Bezerra (2003) destaca que o diálogo da arqueologia com o público passou de importante para urgente devido a destruição dos sítios arqueológicos, tanto por pessoas quanto por empresas. (BEZERRA, 2003, p.276) O que a autora considera como um problema a ser combatido. Muito desse problema está atrelado a influência direta do capitalismo sobre o patrimônio arqueológico, que tem sido um desafio aos arqueólogos/as a realizar eticamente seus trabalhos como profissionais.

Para Tatiane Fernandes (2004), a arqueologia pública está ligada às transformações da arqueologia como profissão e também com as convergências e divergências para com o público, que levaram os arqueólogos/as a novos posicionamentos. A autora ainda destaca que a disciplina é um campo de

pesquisa, de debate e de aplicação junto à sociedade, atrelada à legislação, gestão, ética e educação (FERNANDES, 2004, p.30).

A educação patrimonial no Brasil está atualmente atrelada a Arqueologia de contrato, dentro da prática do licenciamento ambiental, instrumento esse que nem sempre corresponde às expectativas das comunidades. Muitas vezes até colaboram com situações de injustiças contra essas populações, quando fazem o jogo das empresas no sentido de violação de direitos (ROCHA *et al*, 2013). Porque as empresas sempre estão querendo levar vantagem em tudo, e muitas vezes esses profissionais têm que se adequar aquilo que a empresa quer, na questão de liberar ou não uma obra em determinado local, em algumas situações aquele local ali era extremamente significativo para aquela comunidade, e que agora vê seu patrimônio cultural ser totalmente violado, destruído.

O licenciamento ambiental prevê o diálogo com o público em ações de educação patrimonial cultural, uma obrigação legal, que por vezes é tratada como mitigação ou até propaganda positiva para empresa, mesmo como dano gerado ao patrimônio arqueológico na implantação do projeto. Porém essas ações das empresas nesse sentido não cobrem tudo que representava, paisagens, lugares significativos ou de memória, como cemitérios, cabeceiras, destruição que vai além da materialidade e que nem sempre a ação pontual de salvamento arqueológico é suficiente.

Em muitos casos os arqueólogos acabam sendo coniventes com as injustiças sociais cometidas à povos e comunidades, contribuindo de forma direta com a degradação do patrimônio cultural como ponta os pesquisadores no Manifesto “Arqueologia pelas Gentes” (ROCHA *et al.*, 2013, p.132)

Arqueologia pública não é um campo fechado, mas está em constante processo de construção, e tem avançado com novos trabalhos que buscam nessa disciplina um envolvimento maior com as comunidades da Amazônia. A região tem vários exemplos de pesquisas arqueológicas e suas relações com comunidades, o que vem ajudando a remodelar esse conhecimento que por muito tempo, esteve no âmbito “público” apenas em livros, artigos e relatórios de campo. Se a arqueologia pública vem ser essa ponte entre conhecimento

científico cultural e o grande público, devemos também fazer com que as comunidades participem mais não apenas como sujeitos, mas agentes construtores de sua própria história.

2.1 Arqueologia colaborativa em comunidades tradicionais na Amazônia.

A Amazônia e suas milhares de comunidades e também cidades, muitas delas estão em contextos arqueológicos ou próximos a eles. Tradição de ocupar antigos lugares outrora ocupados por populações pretéritas, mas essas reocupações aconteciam antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus, como mostra vários contextos de sítios arqueológicos. As pesquisas de campo realizadas dentro do espaço geográfico de uma comunidade precisam ou deveriam manter um diálogo aberto com as pessoas, sendo essa ação importante nos processos de pesquisas, pois conhecem bem o espaço geográfico da comunidade, sabem onde estão os sítios, conhecem bem os caminhos e são os que darão suporte aos pesquisadores caso aconteça situações anormais em campo.

Essa nova abordagem da arqueologia de se fazer pesquisa relacionada com as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas é o que chamamos de Arqueologia Colaborativa (SILVA *et al.*, 2007, 2009, 2011; MACHADO, 2013, LIMA, 2018; CAMPOS, 2019). Nossa abordagem teórica metodológica dentro desse campo de pesquisa procurou trazer à discussão, algumas pesquisas feitas que sigam esse viés junto às comunidades da Amazônia.

A arqueologia colaborativa tem como finalidade um envolvimento maior das comunidades tradicionais ou não e que vivem sobre ou próximo a esses sítios arqueológicos, num trabalho mais aproximado entre pesquisador e os moradores, onde aconteça uma troca de conhecimento mais simétrica (CAMPOS, 2019, p 13).

Um trabalho de colaboração com povos ribeirinhos, povos indígenas, quilombolas é em muitos casos uma narrativa de afirmação de identidade e resistência em defesa de seus territórios e de seus modos de vida “Essa reflexão vem fundamentando as críticas sobre a natureza colonialista, da disciplina,

provocando transformações nas práticas arqueológicas” (SILVA *et al*, 2011, p.36). Segundo Silva (2011), “é preciso fazer investimento em arqueologias colaborativas, aumentando assim o diálogo com as pessoas, numa troca de conhecimento entre pesquisador e as comunidades”. (SILVA, *et al*, 2011, p. 36) Chamada também de “práticas etnoarqueológicas¹³” tem sido um tema relevante entre os arqueólogos, e isso está relacionado às diversas práticas teórica e metodológica na hora de aplicar o tema em suas pesquisas. Para Manfrini (2018), a pesquisa deve seguir um caminho ético, onde tanto arqueólogos como comunidades, ganhem com a construção do conhecimento a respeito do passado. Para esse autor esse “caminho tende a ser interdisciplinar, onde o conhecimento de outros campos da ciência ajude na interpretação dos dados levantados em campo” (MANFRINI, 2018, p.32), ressalta que ao adentrar o espaço de uma comunidade a relação deve ser de respeito mútuo, devemos saber que as comunidades não são homogêneas, e sim com diversas situações de conflitos e diferenças. (SMITH & WATERTON, 2009 *apud* MANFRINI, 2018).

Para Campos, “Arqueologia Colaborativa propõe criar narrativas mais simétricas, menos colonialistas, mais éticas e que auxiliem na construção de outras formas de conhecimento” (CAMPOS, 2018, p.13). Essa forma de fazer pesquisa com as comunidades torna-se ainda mais necessário no cenário tão adverso pelo qual atravessamos, onde as instituições democráticas foram duramente atacadas e os órgãos ambientais desprovidos de recursos para combater as iniciativas de destruição e violação de direitos, um verdadeiro desmonte.

Se o nosso hoje é marcado por inúmeras situações de injustiças e de situações que retratam ações colonialistas que não respeitam os direitos dos povos, também temos exemplos de interação, troca de conhecimento, e construção de saberes que dão novo rumo às pesquisas arqueológicas na

¹³ A Etnoarqueologia é uma especialidade da arqueologia que estuda as sociedades contemporâneas e sua relação com o mundo material. É abordado o seu desenvolvimento como disciplina, ressaltando o debate em torno da relação entre Etnoarqueologia e analogia etnográfica. Destaco que a Etnoarqueologia não deve ser entendida como analogia, mas como um campo investigativo que visa a trazer referenciais etnográficos como subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de arqueologia do presente. (SILVA, 2009, p.121)

Amazônia. Os resultados dessa nova forma de fazer arqueologia tem reforçado que é preciso avançar ainda mais nesse campo da pesquisa colaborativa.

Nossa proposta de pesquisa no Lago Grande é no sentido, de dar vozes às pessoas, e no entendimento de suas relações com os sítios arqueológicos e sobre sua materialidade, numa perspectiva socioambiental, de reconhecimento de um território sagrado, com uma história de longa duração que a arqueologia ainda tenta compreender. Porque os sítios continuam a ser produzidos, agora pelas populações do presente, e entender essa dinâmica presente nas comunidades e os sítios arqueológicos é um dos grandes desafios dos pesquisadores (LIMA *et al*, 2021, p. 9).

2.3 Comunidade e patrimônio as pessoas e os artefatos arqueológicos

Um trabalho de referência em nosso tema proposto é a pesquisa de Jaqueline Gomes (2014) e associados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã¹⁴ no Estado do Amazonas que trabalha com as comunidades no sentido de criar um plano de manejo do patrimônio arqueológico com resultados que visem o aproveitamento para iniciativas turísticas. O projeto trabalha com educação patrimonial e estuda também as relações das pessoas com os sítios e os vestígios arqueológicos (GOMES *et al*, 2014, p.389).

Um trabalho de arqueologia que realiza pesquisa numa ação colaborativa, onde a comunidade também faz parte da equipe e define juntos os locais de mapeamento e intervenção, com sugestões do que gostariam que fosse escavado e que acham importante como patrimônio local (GOMES *et al*, 2014, p.394).

Outro trabalho que tem como foco a relação das pessoas com os sítios arqueológicos é de Márcia Bezerra (2017), na vila de Joanes na ilha de Marajó no Pará. No artigo a autora traz elementos que ajudam na compreensão do que esses lugares de memória representam para a população envolvida. Na

¹⁴ A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã é uma Unidade de Conservação criada em 1998 no Amazonas e tem como base de pesquisa o conhecimento científico e tradicional que visa a proteção dos recursos naturais integrado à vida comunitária. (GOMES *et al*, 2014 p 391)

convivência com o povo de Joanes, a pesquisadora mergulha nas histórias dos lugares, da paisagem, dos encantados, das aparições e também da relação com a materialidade arqueológica que marca a vida das pessoas, construindo outras narrativas. (BEZERRA, 2017, p.13).

Esses trabalhos realizados em conjunto com as comunidades abrem novos horizontes para o entendimento que se tem da relação das pessoas com os sítios, de como essa relação pode ir além daquilo que podemos entender na nossa visão de arqueólogos, de que as pessoas são passivas diante dos vestígios, muitas vezes até podemos achar que as pessoas fazem mal aos sítios, que suas atividades prejudicam os artefatos. Porém as pesquisas recentes no campo da arqueologia colaborativa, apontam para outra realidade, para uma relação mais aproximada e cheia de dinâmicas, que têm significância, pois essas relações vão muito além de simples interações.

Em sua pesquisa na ilha de Marajó, a pesquisadora Márcia Bezerra, propõe uma Arqueologia que vai além dos parâmetros estabelecidos, criando novos espaços e novos processos de interação.

Entendo que, assim, podemos expandir esse fenômeno chamado arqueologia para a compreensão de outras relações construídas pelas pessoas do presente com as coisas do passado. Podemos pensar em uma arqueologia da memória e do afeto das pessoas vivas da Amazônia, estabelecendo a configuração de um espaço de diálogo entre todos os envolvidos nos processos de explicar o mundo e permitindo que nossas histórias transbordem umas sobre as outras, em algum ponto além da arqueologia. (BEZERRA, 2017, p.14)

Essas experiências com as comunidades são muito interessantes para se pensar a postura dos pesquisadores em relação aos patrimônios arqueológicos, e as pessoas envolvidas por esses. Até que ponto nossas pesquisas acabam por afetar uma relação construída ao longo do tempo, com as paisagens, com os artefatos, com a memória e história dessas populações? As nossas pesquisas em si muitas vezes não trazem essas respostas, muitas vezes sequer são constituídas, porque na maioria das vezes as pesquisas focam a materialidade arqueológica, que por sua vez acaba inviabilizando as pessoas e suas relações.

Um trabalho colaborativo pode ajudar no desenvolvimento mais próximo do pesquisador com a comunidade, ambos trabalhando próximos e em sincronia vai levar um entendimento maior dessas relações, quem sabe dessa aproximação e confiança adquirida em ambos os lados, surjam ideias que aumente o conhecimento das pessoas sobre o seu próprio patrimônio arqueológico, melhorando assim a impressão das comunidades sobre os pesquisadores e esses reconhecendo os comunitários como detentores de conhecimento que tem muito a nos ensinar.

CAPÍTULO 3 ARQUEOLOGIA NO LAGO GRANDE

A arqueologia do Lago Grande está inserida na arqueologia do Baixo Amazonas, que é uma das mais conhecidas do norte do Brasil. Entre os pesquisadores que passaram por essa região e deram destaque a sua cerâmica podemos destacar, no séc. XIX, João Barbosa Rodrigues, Charles Frederick Hartt e no séc. XX Curt Nimuendajú que produziu um vasto material sobre a arqueologia dessa região e que depois vieram outros autores que fizeram trabalhos baseados nas pesquisas de Nimuendajú, como: Nordenskiöld, Linné, Helen Palmatary, que também fez estudos de coleções entre outros (JÁCOME, 2017, p 70).

Frederick Hartt em sua passagem pela fazenda Taperinha que fica a 50 km de Santarém escavou o sítio de conchas, denominado sambaqui, e também o solo de terra preta que fica no platô, fazendo relação da cerâmica encontrada no sítio com os antigos moradores dessa região. Foi uma das primeiras pesquisas de campo com as terras pretas onde destacou algumas de suas características “[...] o solo consiste em uma rica e fofa terra vegetal de cor preta. Este solo é extremamente fértil, e ficando úmido durante toda a estação seca é especialmente apropriado para a cultura da cana” (HARTT, 1885 *apud* PAPAVERO; OVERAL, 2011, p.105) associou a terra preta com os fragmentos cerâmicos e destacou:

A fertilidade delas já tinha chamado a atenção dos indígenas, e em toda parte onde se encontra uma mancha de terra preta, há certeza de encontrar também evidência de antiga ocupação. Em alguns casos os fragmentos são tão abundantes que dificultam o emprego da enxada. (HARTT, 1885 *apud* PAPAVERO; OVERAL, 2011, p.105).

Hatt apesar de passar por Santarém várias vezes, não reconheceu o grande solo de terra preta e sua extraordinária cerâmica. (GOMES, 2002, p 26). Porém quem relacionou de forma direta e denominou as cerâmicas arqueológicas do Baixo Amazonas foi Curt Nimuendajú, a cerâmica de Santarém foi relacionada ao povo Tapajó e a cerâmica do Trombetas relacionou aos Konduri (JÁCOME, 2017, p.70). Assim como Nimuendajú, João Barbosa Rodrigues também visitou Taperinha e fez pesquisa ao longo do rio Tapajós,

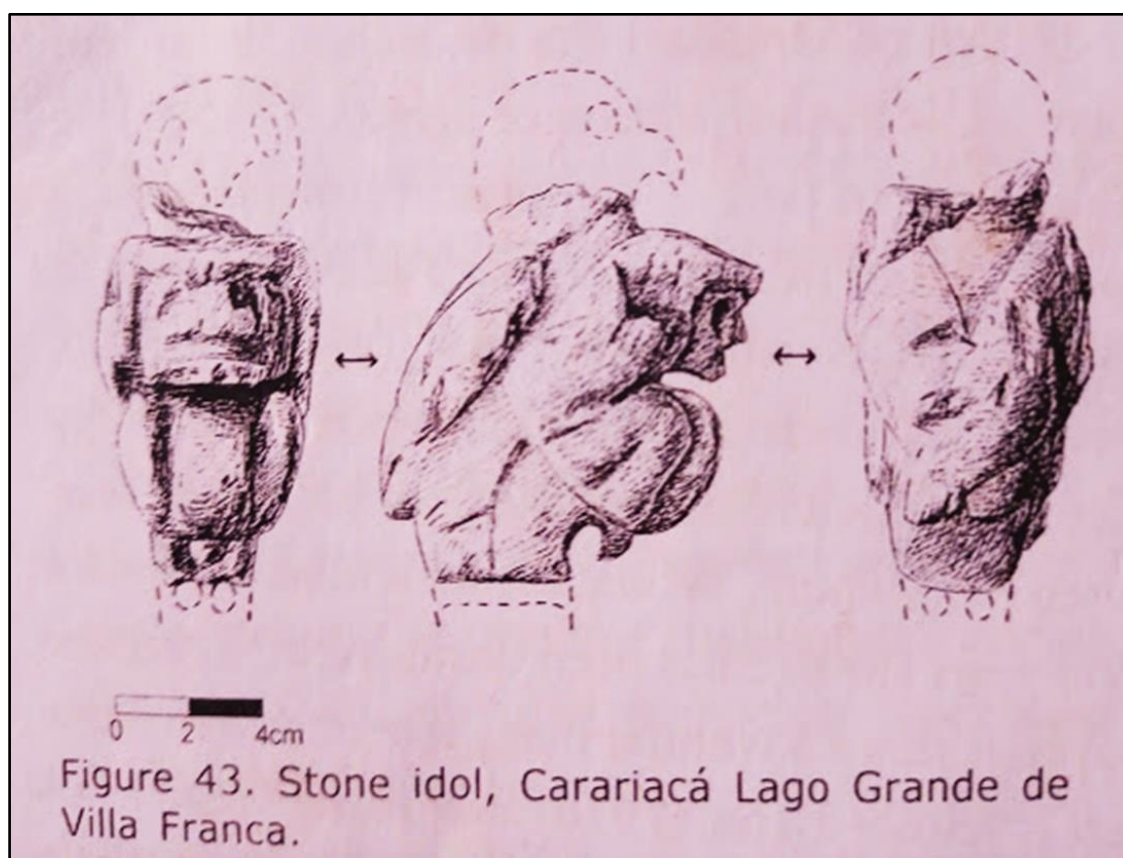
tinha como intenção não só conhecer a vegetação, mas também os costumes do “extinto” povo Tapajó através da sua cerâmica (GOMES, 2002, p.24).

Nimuendajú, etnólogo alemão, foi pioneiro nos estudos arqueológicos da cerâmica tapajônica, realizando coleta de material numa perspectiva de colecionismo, fez estudos de sua morfologia, criou mapas dos sítios visitados e destacou a cidade de Santarém como o centro da cultura tapajó e destacou a cidade como sendo “essa fonte inesgotável de cerâmica” (NIMUENDAJÚ, 1924 *apud* NOELLI, 2002, p.304). Além disso visitou várias comunidades no entorno de Santarém, às margens do rio Tapajós, rio Arapiuns, rio Amazonas, Lago Grande do Curuai e demais localidades do Baixo Amazonas, onde identificou cerca de 65 sítios arqueológicos (GOMES, 2002, p.26) Nimuendajú foi quem primeiro propôs uma localização geográfica das áreas de ocorrência das cerâmicas dos Konduri e Tapajó, e também as diferenças estilísticas dessas duas cerâmicas. Ele relacionou a cerâmica do Lago Grande como de influência tapajônica (NIMUENDAJÚ, 2004, p.134).

“Os sítios de terra preta estão localizados na região de terra firme, onde estão as comunidades e que foram mapeados por Nimuendajú (2004)” (STENBORG; SCHANN; LIMA-AMARAL, 2012, p. 235). Curt Nimuendajú foi quem fez as primeiras escavações na região do Lago Grande, quando este realizava pesquisa de coleta para o Museu Etnográfico de Gotemburgo (atualmente Museu da Cultura Mundial) foram pelo menos duas passagens pelo Lago Grande e rio Arapiuns nos anos de 1923/1924 onde identificou mais de “40 sítios de terra preta, às margens do lago, várzea e terra firme, além da coleta de cerâmicas, visitou também a ilha de Taperebá onde identificou um sambaqui” (NIMUENDAJÚ, 1924 *apud* NOELLI, 2002, p. 303) A região chamada de Arapixuna, que é uma área de terra firme e várzea do rio Amazonas, tem várias comunidades e em todas elas com a presença de solo antropogênico escuro com material arqueológico. Numa de suas viagens ao Lago Grande, mais precisamente na região do Arapixuna, na comunidade de Carariacá que fica às margens de um furo que liga o Tapajós ao Amazonas, Nimuendajú relata sobre um artefato arqueológico que estava em mãos de um comunitário da vila. (Figura 9)

A terra preta de Carariacá pode render bons achados... Joaquim Mota, o homem com quem eu estava hospedado, levantou-se e foi até o engenho de açúcar perto de casa. Lá ele remexeu na pilha de lixo e trouxe para mim um pedaço de pedra sujo e grosso como um punho, girando-o furtivamente em suas mãos. Era um ídolo extremamente bonito, mas lamentavelmente mutilado, feito de uma pedra de cor verde¹⁵. Era na forma de uma figura humana agachada com as mãos sobre as orelhas, com uma ave de rapina atrás e acima. A cabeça do pássaro havia sido cortada e por toda a obra de arte havia vestígios de ferramentas de aço. Devido à extraordinária dureza do material, a destruição pretendida foi apenas parcialmente bem sucedida. Finalmente, foi usado na usina de açúcar para cravar pregos. (NIMUENDAJÚ, 1924, p.123)

Figura 8- O ídolo do Carariacá descrito por Nimuendajú



Fonte: (NIMUENDAJÚ, 2004, p.1923)

Nesse relato do etnólogo alemão, podemos constatar essa interatividade dos comunitários com esses artefatos arqueológicos no sentido de darem outros significados e usos a esses objetos, práticas que continuam nos dias atuais, pois

¹⁵Os chamados “Ídolos Amazônicos” foram descritos por Barbosa Rodrigues em 1889, no artigo “O Muirakitã e os ídolos simbólicos”, sua interpretação era que o material em que foram produzidos tinham origem externa, devido a matéria prima destes não ser encontrada na região. (RODRIGUES, 1889 p. 195) André Prous sugere também a presença de intercâmbios inter-regionais pré-coloniais na região do baixo amazonas (PROUS, 2016, p.187)

a materialidade cultural do passado interage com as populações do presente, numa relação nem sempre bem vista e entendida aos olhos dos pesquisadores e das instituições.

Curt Nimuendajú foi o primeiro pesquisador a mapear os sítios de terra preta ao longo do Lago Grande (Figura 10) encontrou muitos materiais arqueológicos ligados a esses sítios, representados em pranchas com a identificação das comunidades onde foram encontrados, (NIMUENDAJÚ, 2004, p.270-282) (Figura 8) ele também associou a cerâmica encontrada no Lago Grande como pertencente a cultura Tapajó (NIMUENDAJÚ *apud* PÁTAMA, 1960, p. 23)

Algumas cerâmicas da região do Arapixuna, precisamente de Guajará e Carariacá ele associou a cultura Tapajó de Santarém, outras com algumas decorações que se assemelha aos do rio Arapiuns e outras também a região do Lago Salé que fica no alto Lago Grande. (NIMUENDAJÚ, 2004 p.134).

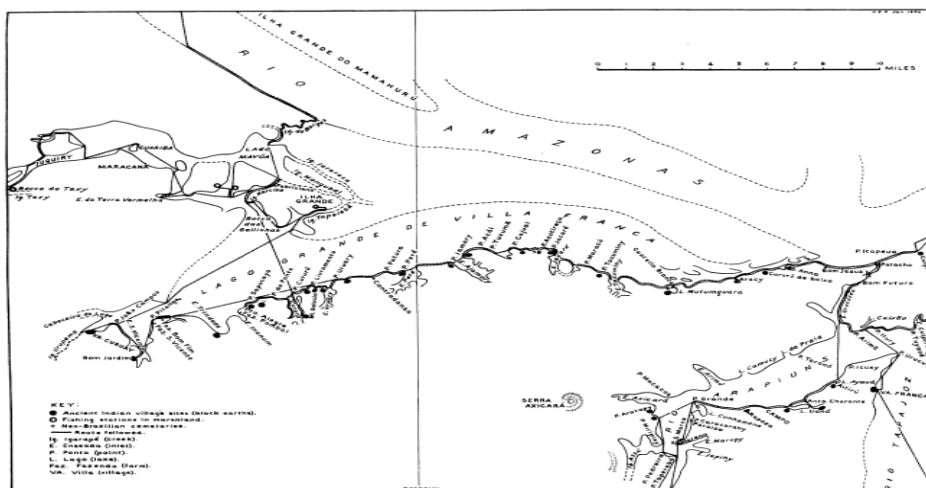
Geograficamente o Lago Grande está entre as regiões que despontam os estilos Konduri no rio Trombetas e Tapajônico no rio Tapajós. O arqueólogo Marcony Alves (2018) destaca que essa região pode ser também uma área de transição desses dois estilos, além de ser uma possível área de produção de vasos de gargalo muito presente nas cerâmicas Tapajó e Konduri, fragmentos desse emblemático vaso foram encontrados por Nimuendajú, (2004) na região do Lago Sapucá e Lago Grande, sendo assim uma área de possíveis trocas e interações culturais (ALVES, 2018, p.22). Apliques recorrentes como cabeça de urubu rei e sapo besouro tão comum nesses dois estilos, estão presentes na cerâmica do Lago Grande, e podem indicar o uso de um determinado tipo de vaso que tem a mesma morfologia e iconografia seguindo uma espécie de padronização em todo baixo Amazonas (ALVES, 2018 p.21).

Joana Troufflard (2016) fez um trabalho bibliográfico muito importante, fazendo todo um apanhado de informações sobre as pesquisas arqueológicas na região do baixo Amazonas, seu artigo traz informações sobre as principais áreas no entorno da cidade de Santarém, falando inclusive das características de alguns sítios de terra preta. (TROUFFLARD, 2016)

O trabalho de Nimuendajú tem sido até os dias atuais uma referência para os novos pesquisadores, pois além de fazer importantes descobertas sobre a arqueologia do Baixo Amazonas, produção de mapas (figura 9), procurou registrar os fragmentos arqueológicos que coletou, utilizando o principal método da época, que era o desenho, como podemos observar nessas pranchas com o desenho de material cerâmico e lítico de Santarém, e de diversas comunidades do Tapajós, Arapiuns, planalto santareno e Lago Grande (NIMUENDAJU, 2004) (Figura 11).

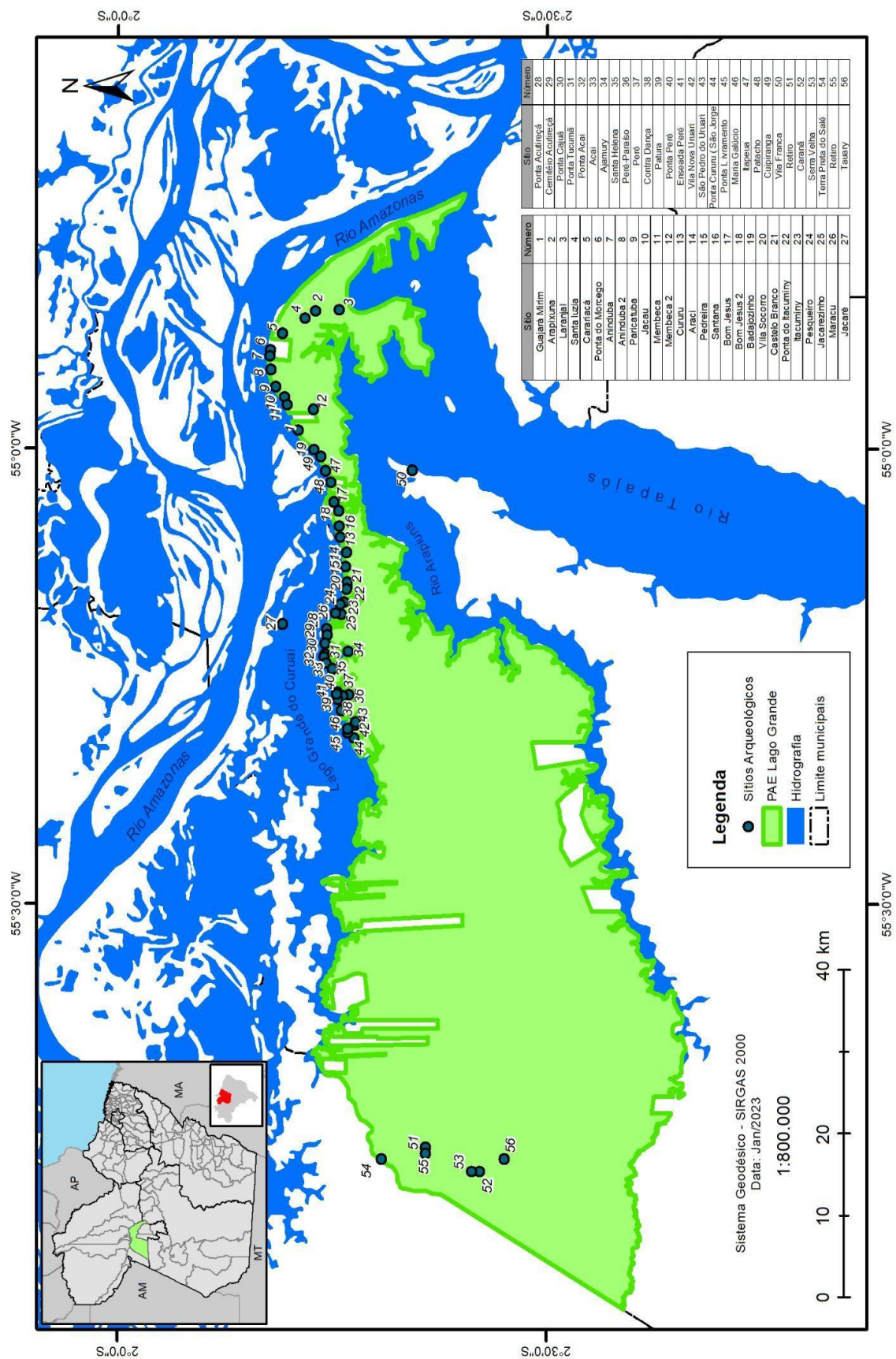
Os sítios de terra preta e os artefatos arqueológicos têm grande ocorrência na região do Baixo Amazonas, o que mostra que essa região tem potencial para falar da dinâmica de ocupação, que ocorreu no passado, desta região. Essa história da ancestralidade e antiguidade da ocupação indígena, foi durante algum tempo esquecida, muitas vezes negada, como que se tentassem apagar um passado que deixou marcas significativas nos registros arqueológicos e que agora é aos poucos construídos pelas inúmeras pesquisas tanto na área da arqueologia como da antropologia. As pessoas nativas da Amazônia que nas suas vivências herdaram muito dos povos nativos, convive com a materialidade do passado criando suas próprias interpretações, construindo sua própria história. Embora muito do que era nosso patrimônio arqueológico tenha sido destruído ou levado embora para longínquos lugares, muito ainda se têm a descobrir, valorizar e compreender.

Figura 9 - Mapa de Nimuendajú localizando as comunidades do Lago Grande e os sítios de terra preta, locais onde realizou coleta de material arqueológico.



Fonte: (PÁTAMA, 1960, p.20)

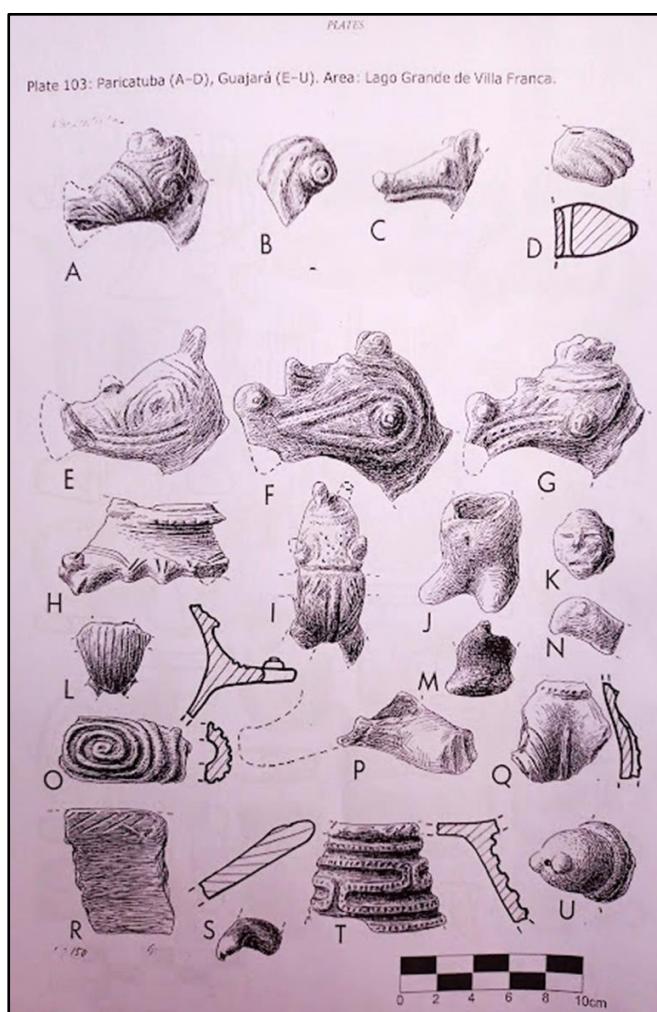
Figura 10 - Mapa da região do PAE Lago Grande com seus sítios arqueológicos



Fonte: Ney Rafael Gomes Monteiro (2023)

Na figura 10 apresento o mapa do PAE Lago Grande com os sítios arqueológicos mapeados até então, as coordenadas foram gentilmente cedidas por Marcio Amaral que seguindo o mapa de Nimuendajú visitou as comunidades com os sítios de terra preta, e identificou outros sítios num total de 50. Além desses identificamos mais 6 sítios no Alto Lago Grande, sendo esses Terra Preta do Salé, Retiro 1, Retiro 2, Caranã, Serra Velha e Tauari, sendo Caranã e Serra Velha no platô da serra e com característica argiloso, enquanto que terra Preta do Salé, Retiro 1 e 2 e Tauari na parte baixa com solo de característica arenosa. No Retiro além do sítio de terra preta encontramos um caminho pré colonial associado ao mesmo sítio. Todos em comunidades geograficamente próximas e com recursos de água (igarapé) e material arqueológico na superfície.

Figura 11- Prancha produzida por Nimuendajú sobre o material arqueológico do Lago Grande. Comunidades Paricatuba e Guajará.

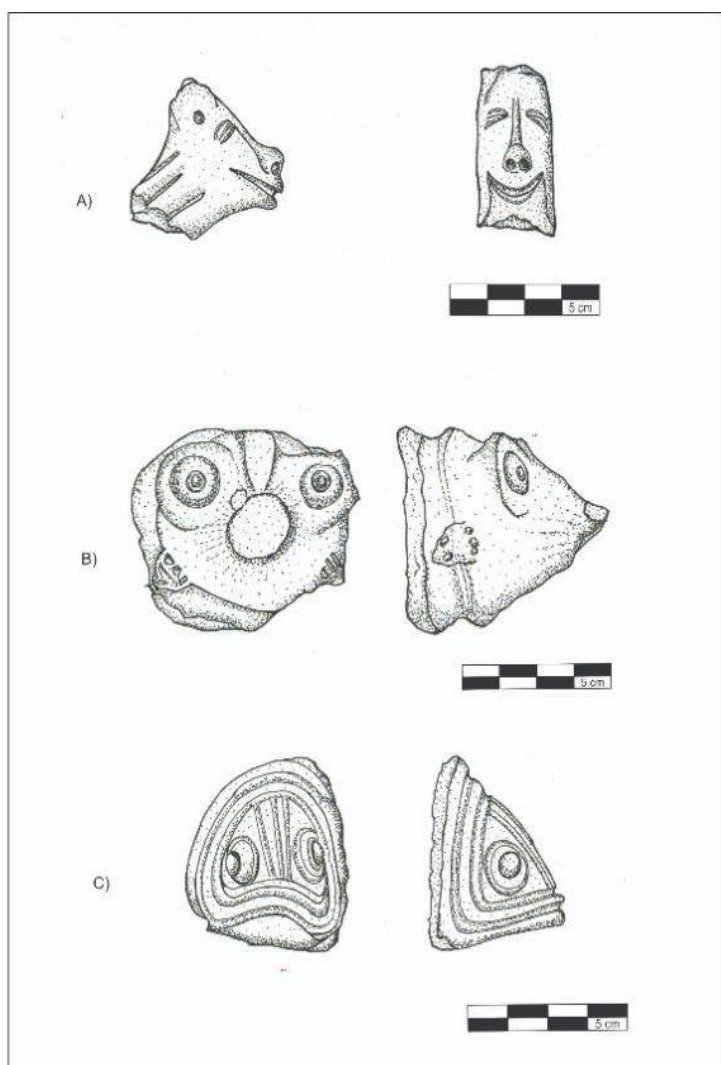


Fonte: (NIMUENDAJU,2004, p.276)

3.1 Apresentação do material arqueológico guardado do Laboratório Curt Nimuendajú doado por Carlos Alves.

Uma coleção arqueológica foi doada ao Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú em 2022 e fazia parte de uma coleção entregue aleatoriamente a um religioso (padre Edilberto Sena) que morou por 7 anos na região do Lago Grande, precisamente na Vila Curuai e visitou inúmeras comunidades em trabalho pastoral, onde as pessoas iam dando os artefatos que eram encontrados nos sítios, depois me foi repassada e em sequência doada à Universidade Federal do Oeste do Pará.

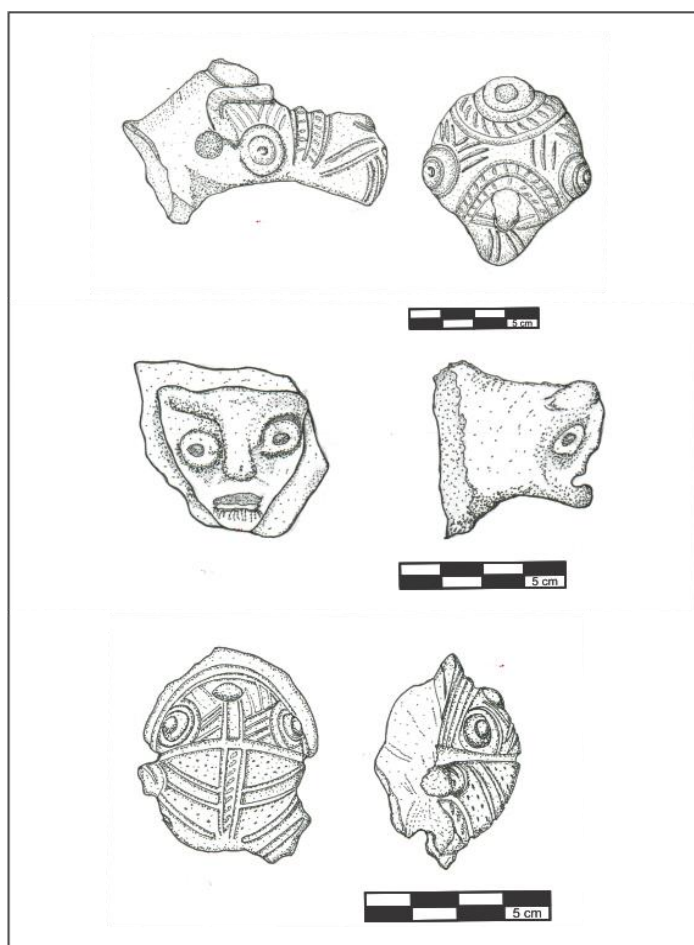
Figura 12 - Prancha 1 com desenhos de apliques cerâmicos do Lago Grande- A) aplique zoomorfo Carariacá, B) aplique zoomorfo Caranã, C) aplique zoomorfo. Local indefinido.



Fonte: Desenho de Raimundo Carlos F. Alves (2022)

De acordo com as características técnicas, morfológicas e decorativas a cerâmica do Lago Grande está inserida na Tradição Inciso Ponteadada descrita por (MEGGERS; EVANS, 1983), sendo esta está regionalmente associada à cerâmica Tapajônica do Baixo Amazonas. Porém como não se têm pesquisas sistemáticas na região, é possível que essa definição possa ser discutida, no trânsito dos estilos Santarém e Konduri, ou que se proponha alguma outra possibilidade de uma cerâmica com características próprias local.(informação verbal)¹⁶ Essa cerâmica tem como característica a abundância de cauxi como antiplástico, além de ser uma cerâmica altamente elaborada e diversificada na sua decoração, com diversidade de representação de animais estilizados como sapos, jacarés ,tartarugas, onças, cachorro do mato, cotia, cobra, peixes e uma variedade de pássaros, além de figuras antropomórficas. (GOMES, 2002 p. 99)

Figura 13-Prancha 2 com desenhos de cerâmicas do Lago Grande, mas com locais de origem indefinidos



Desenho Raimundo Carlos Alves (2022)

¹⁶ Comunicação pessoal com Marcony Alves, 2022

Essas características descritas acima estão presentes tanto na cerâmica Tapajônica como também na Konduri, mas segundo Palmatary (1960), na região pode existir a ocorrência de outros estilos (PÁTAMA, 1960 *apud* GOMES 2002, p.77), Segundo Gomes (2002) Nimuendajú também fala dessa ocorrência nos arredores de Santarém, inclusive em áreas vizinhas do Lago Grande como Arapiuns e Parauá no rio Tapajós. (GOMES, 2002, p.77).

3.2 Apresentação das coleções dos comunitários do Lago Grande.

Nessa pesquisa pudemos registrar diversas coleções compostas por materiais arqueológicos, muitos desses achados nas terras pretas durante o trabalho no roçado, ou foram resultado de coleta aleatória feita pelos comunitários. Na a coleção de dona Bernarda da comunidade de Caranã no alto Lago grande (figura 14). O material foi coletado no sítio de terra preta do Caranã, composta de vários apliques zoomorfos e antropomorfos, pedestais de vasilhas, pé de estatueta, parede de vaso e material lítico como machadinhos de basalto.

Figura 14- Coleção de cerâmicas na comunidade Caranã Alto Lago



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Na figura 15, uma grande coleção da comunidade de São Francisco, vizinha à Cabeceira do Ouro, médio lago e pertencente ao sr. Renan, foi coletada na área de várzea do lago grande e também no igarapé que cruza a comunidade.

A coleção pode também ter cerâmicas de vários outros lugares, sendo composta de parede e base de vasilhas, bordas, pés de estatueta, pedestais, apliques, e muito material lítico. Embora a comunidade não esteja na relação de lugares de pesquisa, ela é vizinha a uma comunidade no qual estivemos realizando trabalho de campo que foi a Cabeceira do Ouro. Segundo os moradores a comunidade de São Francisco é uma comunidade com sítios de terra preta, pois está na área de serra e também locais de conflito em torno do tema da mineração.

Figura 15- Coleção de Cerâmicas na comunidade São Francisco Alto Lago



Foto equipe PNCSA (2022)

Na comunidade Caranã conheci um comunitário que mora na várzea próximo ao lago Salé, na comunidade Santo André, fomos conhecer sua casa e registramos essas cerâmicas coletadas nas proximidades do lago. Por outros moradores, a cerâmica tem como destaque esses apêndices antropomorfos descrito por Hilbert, 1968 como faces de animais antropomorfizados (HILBERT *apud* GOMES, 2002, p.352) essa cerâmica é muito comum no alto Lago Grande (Figura 16).

Figura 16 - Coleção na Comunidade Santo André região de Várzea- Alto Lago



Fonte: Autor (2022)

Registramos essa pequena coleção na comunidade de Itacumini no médio lago (figura 17) que consta o que parece ser uma pata de um réptil, (tartaruga?) aplique em forma de uma cabeça zoomorfa e um aplique em forma de sapo fragmentado em duas partes, corpo e cabeça. As cerâmicas pertenciam a dona Edmara Ferreira Mota que gentilmente me foram doadas e que serão repassadas a UFOPA. Na descrição das comunidades no capítulo 4 mostraremos outras cerâmicas deste sítio de terra preta que os moradores coletam em seus quintais. Nesta comunidade encontramos cabeças de urubu rei e sapos besouros como citado por Alves (2018) como indicado por Nimuendajú.

Figura 17- Coleção de apliques cerâmicos Comunidade Itacumini médio Lago Grande



Fonte: Autor (2022)

Na (figura 18) registramos o material lítico do Guajará, coleção pertencente ao sr. Bibiano, os materiais foram encontrados ali mesmo no seu quintal que está sobre o sítio de terra preta. Na coleção além do lítico existem também as cerâmicas que destacamos na descrição da comunidade no capítulo 4. Na foto abaixo aparecem vários tipos de lâminas de machados polidos: retangular, triangular, com ranhura para encabamento, além de um batedor, a maioria com marca de uso ou parcialmente fragmentado (PROUS et al 2003 p. 167-201).

As coleções dos moradores do PAE Lago Grande apresentadas aqui é uma pequena mostra da cultura material produzida pelos povos pré-coloniais que habitaram essa região. Como apresentamos no mapa dos sítios arqueológicos no capítulo 1, a quantidade e diversidade de sítios de terra preta é muito grande, sem falar nos sítios que ainda não tem nenhum registro e são desconhecidos por estarem em áreas de difícil acesso. Essa realidade só reforça que é preciso avançarmos mais em pesquisas arqueológicas nesta região, pois o material que se coleta pelos comunitários e que chega na mão dos pesquisadores, trazem apenas informações básicas e deixam apenas mais perguntas do que respostas sobre o passado da ocupação humana nesta parte da Amazônia.

Figura 18 - Material Lítico na Comunidade Guajará Baixo Lago



Fonte: Autor (2021)

Na comunidade de Itacumini médio lago, registramos um sítio rupestre¹⁷ (2°263'351" S 55°168'818" W) que ainda não havia sido registrado. O sítio conta com um conjunto de painéis com gravuras de formas geométricas feitas por ação de picoteamento em rocha arenítica. (ver capítulo 4 deste TCC). Todos esses contextos de sítios (terra preta, sambaquis, sítios rupestres, caminhos pré coloniais e sítios históricos) formam um conjunto que pode ajudar muito no entendimento sobre a ocupação humana nessa região, aumentando ainda mais o nosso conhecimento sobre a arqueologia do Baixo Amazonas

¹⁷ O sítio com arte rupestre de Itacumini foi identificado e registrado em 2010 por Marcio Amaral, porém não publicou nenhum artigo a respeito do sítio, é algo que segundo ele pretende realizar em parceria com Edith Pereira, numa escala mais ampla de contexto, Lago Grande, Arapiuns e Tapajós (Marcio Amaral, informação verbal).

CAPÍTULO 4 VIVÊNCIAS NAS COMUNIDADES DO PAE LAGO GRANDE, A RELAÇÃO DAS PESSOAS COM OS SÍTIOS E VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS.

A importância de morar aqui nesse local é que na época era muito bom né de viver né, principalmente a morada e aqui foi onde eu nasci e me criei aqui e tenho amor nessa terra aqui, terra muito boa né, e assim nós tamo aqui até quando o nosso pai criador permitir e enquanto ele permitir nós tá por aqui. (Informação verbal, Seu Cheiro- morador da comunidade Caranã)¹⁸

A experiência de realizar a pesquisa no Lago Grande junto às comunidades do PAE foi muito satisfatória, pude ver na prática como acontece as relações das pessoas com a materialidade que estudamos. Nossas idas se deram em 6 idas a campo entre reuniões e visitas de reconhecimento, pois precisávamos conhecer a região e construir laços de amizade com as pessoas. Essa primeira etapa não teve nenhuma dificuldade, pois já tinha conhecimento com várias pessoas da FEAGLE, a partir das reuniões e encontros já acontecidos na sede da mesma que fica na PA 257 comunidade de Muruí.

Um trabalho importante que propiciou um conhecimento mais amplo com as comunidades, através do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia que foi desenvolvido com equipe de professores e alunos dos bacharelados em antropologia e arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará. Um diferencial pela participação dessas duas ciências que estudam as formas das sociedades de produzir cultura.

A pesquisa nas comunidades do PAE Lago Grande se constituiu a partir desse projeto, teve suas atividades iniciadas ainda em 2021 e seguiu sua forma metodológica de inserção com as idas a campo tendo em primeira ordem o aval das instituições que representam o Projeto Agroextrativista que são a FEAGLE e o STTR/STM que foram feitas em reuniões e assembleias sendo estes os representantes legais do PAE Lago Grande. Em uma dessas assembleias o projeto foi apresentado e aprovado por unanimidade e três comunidades foram

¹⁸ Seu Cheiro da Comunidade de Caranã participou ativamente das atividades do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA, 2022), ajudando a elaborar o mapa cartográfico socioambiental da sua comunidade e colaborando no registro dos sítios de terra preta Serra do Caranã e Serra Velha.

escolhidas para receber o projeto sendo elas do médio e alto lago, as Comunidades Cabeceira do Ouro, Cabeceira do Marco e Caranã, escolhidas por estarem em áreas de conflito interno e externo. Nessas comunidades foi aplicado o projeto de pesquisa que procurava entender como acontece na prática a vivência no território e a resistência ao avanço de várias frentes que se contrapõem a ideia de território coletivo, tanto de mineração, madeireira, grilagem, agronegócio e também no âmbito político.

No projeto foi possível perceber que essas comunidades têm dinâmicas totalmente diferentes em relação ao entendimento de território, resultado de processos de ocupação, e também por estarem em regiões bem distintas entre si. Cabeceira do Marco uma comunidade na margem da rodovia Translago (PA 257) e com grande movimentação de pessoas, rodeadas de fazendas e pequenos lotes, Cabeceira do Ouro situada a 5 km da estrada principal, com uma vila central, áreas de colônias, e cortada por vários igarapés. Caranã é uma comunidade do ramal do Tauari no alto da serra, cercada de florestas, e abandonada pelos serviços públicos essenciais. Em todas elas o projeto procurou conversar com as pessoas, entender seus modos de vida, suas compreensões a respeito do PAE e também a produção de um mapa social coletivo que mostra o que realmente os moradores querem e acham o que é importante que apareça na Cartografia social.

4.1 Cabeceira do Ouro

Bem, pra mim, quando se diz uma palavra que se chama mãe-terra, já está! Já é muita coisa dentro desse, "mãe-terra". A gente sabe, que é da terra que nós tiramos os nossos produtos, da terra é que se vive, a gente consome a caça que nela tem, né? ...se a gente bem pensasse, deveria cuidá-la também com todo o respeito dessa mãe-terra, porque talvez se não fosse essa mãe-terra, como nós poderia viver, né? Principalmente, nós aqui, que todos os dias precisamos de algo que sai desta terra. (Celso, comunitário da Cabeceira do Ouro, Boletim PNCSA, no prelo)

Na comunidade Cabeceira do Ouro que fica na região do médio lago revelou uma relação muito forte entre os moradores da vila e as chamadas colônias, que são áreas onde as famílias praticam a agricultura familiar e também uma forte ligação com as terras pretas, que estão localizadas nos altos das

serras. Segundo os moradores, as melhores para cultivo. Existe produção, cuidado e respeito com as áreas coletivas¹⁹. Algumas famílias da comunidade têm em suas colônias áreas com esse fim. Aqui foi possível perceber o contato com materiais arqueológicos, coletados durante o trabalho na roça, prática comum no passado e nem tanto no presente, estes materiais ganham outros significados, outras utilizações, muitos deles se perderam no tempo, na comunidade mesmo ninguém tem, mas já tiveram no passado. A relação mais intensa agora é com as terras pretas e com os lugares significativos, como uxizais e castanhais e também com as cabeceiras de igarapés que eles julgam serem lugares de “encante”. Aliás essa questão dos encantados e lugares misteriosos são ainda muito fortes na Cabeceira do Ouro, e envolve as áreas de terra preta, de cabeceiras de igarapés, caminhos e matas com árvores centenárias. Essas relações das pessoas com as coisas remetem aquilo que diz Marcia Bezerra que reconhece tudo como complexo e potente naquilo que ela considera como novas “epistemologias sobre a cultura material arqueológica” (BEZERRA, 2017, p.13)

No mapa social construído na oficina de cartografia, a comunidade achou interessante mostrar os locais de sítios arqueológicos e as áreas de uso coletivo, além das colônias com suas áreas de roça e criação de animais. Também os lugares encantados onde as pessoas costumam se perder, e onde esses comunitários tem grande respeito, evitando ir a mata sozinhos e assim não aborrecer o curupira. Segundo seu Julião comunitário da Cabeceira do Ouro e que tem uma reserva de floresta em sua propriedade com árvores de Uxi (*Endopleura uchi*) e castanha (*Bertholletia excelsa*), “o *curupira mora na mata do Uxizal*” (informação verbal)²⁰ (figura 19), que é uma área onde tem essas árvores de grande porte. Outros lugares de “encante” ou misteriosos são as cabeceiras de igarapés, sempre alguém da comunidade tem uma história para contar, relacionado a aparições e barulhos inexplicáveis.

¹⁹ áreas no PAE onde os moradores da comunidade podem praticar a coleta de uma série de produtos da floresta de forma coletiva (Plano de utilização das comunidades do PAE Lago Grande, 2006, p.42)

²⁰ Extraído de conversa com Seu Julião, Cabeceira do Ouro.

Figura 19 - Seu Julião, comunitário da Cabeceira do Ouro mostrando a mata do Uxizal, segundo ele é a morada do Curupira. Um espaço particular, mas de uso coletivo da comunidade²¹.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Na Cabeceira do Ouro conversei com 15 pessoas distribuídas em toda a área do ramal São Francisco nas áreas de colônias e no centro da comunidade. Percebi que ainda é muito forte a questão do território, as pessoas que trabalham nas colônias procuram manter a harmonia com o meio ambiente, através das plantas frutíferas sempre presentes em torno das casas, os igarapés ainda bem preservados e aproveitados para as horas de lazer, principalmente pelas crianças e jovens. Algumas pessoas preferem morar mesmo nessas colônias, afastadas do centro da comunidade, e cercadas pela floresta e roças.

As terras pretas estão afastadas do centro da comunidade e se concentram nas áreas de serra, ou nas áreas próximas a ela, algumas de difícil acesso. É dos moradores que trabalhavam na terra que veem as histórias do

²¹ As áreas de uso comum poderão ser utilizadas pelos moradores do PAE, desde que as tradições sejam respeitadas e que esta utilização seja autorizada pelas organizações (plano de Utilização do PAE Lago Grande, 2017 p. 19)

contato com os fragmentos cerâmicos “caretas”, “lá em cima da serra tem uma terra preta e é cheia dessas caretas, carinha de bichinho de todo tipo, caco de panela, essas coisas” (José Flávio, Cabeceira do Ouro in *Boletim PNCSA, no prelo*). Na comunidade vizinha São Francisco conhecemos seu Ronan, um colecionador de uma variedade de objetos: cerâmica, ossos de animais, rochas e espécies de plantas, sua casa está mesmo no meio da floresta e o acesso é via ramal da comunidade. A coleção que ele tem e que sente orgulho em mostrar é muito expressiva, com peças trazidas de igarapés próximos e também da região de várzea (Figuras 20 e 21).

Figura 20 - Fragmentos cerâmicos da comunidade São Francisco alto lago. Coleção do Sr. Ronan. Local: terra firme e várzea.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Figura 21 - Apliques zoomorfo e antropomorfo comunidade São Francisco



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Na comunidade também encontramos mulheres que desempenham papel de rezadeiras. Dona Durvalina é uma benzedeira.²² Sua casa fica no meio da floresta distante do centro da comunidade e próximo a serra, vive da roça e criação de pequenos animais, é ela que socorre os comunitários quando esses engolem espinha de peixe, sua oração é forte e reconhecida na comunidade. Aprendeu com outro benzedor que lhe ensinou as orações de cura. Dona Dorvalina ainda trabalha na roça com plantação de mandioca, ela nos conta que sempre encontrava perto da serra algumas “caretas”, e que até guardou uma que tinha com tanto zelo, pois parecia com a cara de uma pessoa segundo ela. (Possivelmente um aplique antropomorfo), porém a mesma emprestou para uma pessoa da comunidade e nunca mais recebeu de volta.

4.2 Cabeceira do Marco

Nasci aqui mesmo (87 anos), já era esse nome Cabeceira do Marco, tinha umas cinco casas, depois foi aumentando, fazendo a rua aí, aqui tinha roça, fazia muita farinha, pescava, muita caça, tinha mais fartura, fui criada praticamente na caça e na pesca (Dona Antônia, comunitária da Cabeceira do Marco, Boletim PNCSA, no prelo).

Na Comunidade Cabeceira do Marco que é uma vila nas margens da PA 257 se realizou mais uma etapa da Nova Cartografia Social da Amazônia. O que difere totalmente da Cabeceira do Ouro, tanto pela sua localização e também pelo modo de vida, nem tanto ligado à questão de território e colônias de produção, é cercada por fazendas particulares. A comunidade tem como base da economia o comércio, pequenos produtores artesanais, os recursos vindos das aposentadorias e também da pesca, que é um meio de renda, porém para o acesso dos pescadores ao principal lago (figura 24) é preciso abrir a porteira de uma fazenda particular, o que de certa forma limita o direito de ir e vir das pessoas, mesmo com a total permissão do proprietário.

Aqui também as terras pretas estão localizadas em áreas longe da comunidade, os comunitários não têm acesso a materiais arqueológicos,

²² Benzedores/ benzedadeiras são pessoas que têm o poder de curar, seu trabalho é com oração ou como se diz no interior com reza. São importantes na vida das comunidades pois resolvem pequenas situações de saúde como, torções, mau olhado, espinha de peixe, quebranto e tantas outras. (VAZ, 2016, p 19)

somente quem pesca e caça já observou alguns sítios com materiais cerâmicos próximos à região dos lagos, mas em comunidades vizinhas, como Igarapé Açú e Pindorama. Nessas comunidades cercadas por fazendas, os sítios de terra preta estão atravessados por cerca de arame farpado, somente nos ramais é possível observar a cerâmica aflorando no solo. (Figura 22).

Figura 22 - Fragmento cerâmico no solo de terra preta comunidade Igarapé Açú, vizinha a Cabeceira do Marco- médio Lago Grande.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Ser uma comunidade de beira de estrada também é um diferencial no PAE, o acesso a escola, posto médico, Igrejas e transporte é mais facilitado, embora funcionando com limitações e precariedade, estão presentes aqui, diferente das comunidades de ramais, distantes das estradas principais. O comércio e alguns serviços também estão mais próximos nessas comunidades, assim como a oportunidade de melhor escoamento da produção familiar para centros de maior população consumidora.

Figura 23 - Comunitários da Cabeceira do Marco durante a oficina de produção de mapas socioambientais.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Figura 24 - Nova Itália, local de referência de pesca dos comunitários da Cabeceira do Marco e Pindorama.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Acima, (figura 24) barcos de pesca de comunitários de Pindorama e Cabeceira do Marco, o acesso ao lago passa por dentro de uma fazenda particular com porteira, uma realidade que vem se configurando no Lago Grande e com a vendas de lotes irregular e que tenta ser combatida pela Campanha” Não abra mão de sua terra”²³ de iniciativa do STTR, FEAGLE, FASE e demais parceiros.

4.3 Comunidade Caranã

... eu acredito que sim porque se não tivesse essa terra preta a gente produzia menos, né não daria o que dá aí na terra preta, principalmente aqui na terra de areia ela não vai dar o que a gente tira lá na terra preta, é diferente, aqui na terra de areia você não planta o milho porque não dá, , você não planta o feijão porque não dá ...só é a roça e lá na terra preta não você tira muitos tipos de plantação .. milho, é o feijão, é o tabaco, tudo o jerimum, tudo... (Seu Cheiro comunidade Caranã, equipe PNCSA,2022)

A comunidade de Caranã é uma típica comunidade de ramal, isolada pela distância, pela floresta e pela serra que lhe deu o nome, sendo a última comunidade do PAE já na fronteira com o município de Juruti, rica em florestas, caças e gente acolhedora. Descoberta por mateiros que buscavam área boa para cultivarem a terra, descobriram as terras pretas no alto da serra, que foi motivo de permanência nesse local. Uma terra cheia de biodiversidade onde os moradores ainda praticam o extrativismo aproveitando os frutos da floresta, como a castanha, açaí, patauá e muitas outras, além das roças produtivas feitas nas terras pretas.

Nessa comunidade sentimos e observamos uma identificação com o que as lideranças do PAE chamam de “territórios do bem viver” e tudo começa pela grande referência que são as terras pretas que estão aqui no alto da Serra do Caranã. Um local que traz boas lembranças, traz memória dos antepassados, dos tempos de fartura, tanto de caças quanto de produção nas roças, como

²³ A campanha” Não abra mão da sua Terra” é de iniciativa do STTR/STM, FEAGLE, FASE e de demais parceiros, trabalhou com formação de lideranças e juventude. Seu objetivo é alertar sobre os interesses capitalistas nas três regiões do Lago Grande, além de realizar um diagnóstico participativo que vai ajudar a formular o plano de desenvolvimento do PAE. (disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/644>)

destaca seu Cheiro que é descendente dos antigos moradores do Caranã e compartilha conosco sua relação com as terras pretas.

[...] A terra preta sabemos que é a terra preta muito boa né, no período que a gente abre um roçado, vai trabalhar lá na terra preta, o que a gente planta lá dá né, tudo que a gente planta dá, até o que a gente não planta dá que como a gente conhece é o mamão, quando a gente faz um roçado ai, ai não é preciso plantar o mamão, ele sai nativo da terra, então pra mim é uma importância muito grande uma terra dessa que ela é muito fértil, e essa é a importância da terra preta que e isso é a nossa sobrevivência né, o que nós plantamos é uma riqueza muito grande que dá muita coisa ainda. (Seu Cheiro comunitário do Caranã entrevista Equipe PNCSA,2022)

Quanto às “caretas”, alguns moradores ainda guardam os apliques de cerâmica, muito comum de serem encontrados nas roças depois da queima. Dona Bernarda e Seu Cheiro que tem a sua casa às margens de um lindo igarapé, tem uma pequena coleção desse material, que guarda com muito zelo e segundo ela *“porque eu sei que já morou gente antes de nós nesta terra né, por isso que a gente acha esses pedaços de caco, de louça, essas caretinhas que foi alguém que fez né, a gente sabe que passou alguém lá antes de nós né.”* (Dona Bernarda, Caranã). Seu material é composto de vários pedestais de vasilha trípode, apliques zoomorfos, paredes de vasilha com decoração, material lítico (machadinhos).

Figura 25 - Comunitário do Caranã no sítio de terra preta com a plantação de macaxeira e o mamão que nasce naturalmente após a queima da roça.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Figura 26 - Seu Mauro, comunitário do Caranã, mostrando a antiga parede do forno de torrar farinha do tempo de seu pai.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

Seu Mauro ao levar a equipe do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, mostra com orgulho e cheio de saudosismo onde era a antiga casa que era de seu pai (figura 26) ainda hoje é possível observar onde ficava a casa de farinha, com as paredes do antigo forno de barro, o local está tomado pela capoeira, mas as plantas caseiras ainda produzem muitos frutos como manga, cupuaçu, cacau, taperebá, laranja e tantas outras. A casa de seu Mauro fica mais adiante desse sítio, local que divide com seu filho, na propriedade eles criam gado, fazem coleta de castanha e açaí, muito comum às margens dos igarapés dessa região, e que conta também com casa de farinha. Sobre as terras pretas, seu Mauro fala dos artefatos encontrados nesses locais.

[...]quando a gente ia fazer o roçado pra plantar o milho, daqui acolá a gente achava uma careta, só que a gente achava por lá e ficava por lá mermo né, a gente não trazia pra casa pra guardar, a mamãe que sempre que ela ia trabalhar com o papai ela sempre trazia né, umas duas e colocava num canto lá, aí o tempo foi perdendo foi perdendo[...] pedaço de alguidar, pedaço de forno, que eles faziam e depois que eles foram embora, eles quebraram tudo né, mais isso é há muito tempo, séculos e séculos atrás né [...] (informação verbal.)²⁴

Durante meu segundo campo no Caranã, produzi esse croqui (Figura 27) que mostra a casa de seu Cheiro em relação aos dois sítios de terra preta Caranã e Serra Velha. Os sítios estão no alto da serra, no platô e sua casa na parte baixa da serra, onde corre o igarapé. No sítio do Caranã a empresa ALCOA fez pesquisa sobre a presença de bauxita no subsolo, e construiu uma pequena casa de alvenaria que servia para comunicação da mineradora. A casa foi desativada tempos depois.

Dona Bernarda esposa de seu Cheiro fala da importância de morar no Caranã, mostrando como a vida dos comunitários está tão ligada à biodiversidade desse lugar.

[...] eu gosto de morar lá no Caranã né, por causa que lá eu me sinto bem, eu tenho paz lá, eu respiro um ar puro, melhor do que aqui na vila (Tabatinga) na verdade, por isso que eu gosto de tá lá, que é de lá que a gente tira o nosso sustento, né? é por isso que eu gosto de estar lá. Gosto de sentir o cheiro do mato, o canto dos pássaros, eu fico tão feliz quando eu me acordo com aqueles barulhos dos pássaros cantando lá de manhã, no entardecer também, vai anoitecendo e aqueles canto dos

²⁴ Conversa com Seu Mauro, comunitário do Caranã.

pássaros eu acho muito bonito, eu gosto de estar lá., me sinto bem, me faz bem (informação verbal, 2022)²⁵.

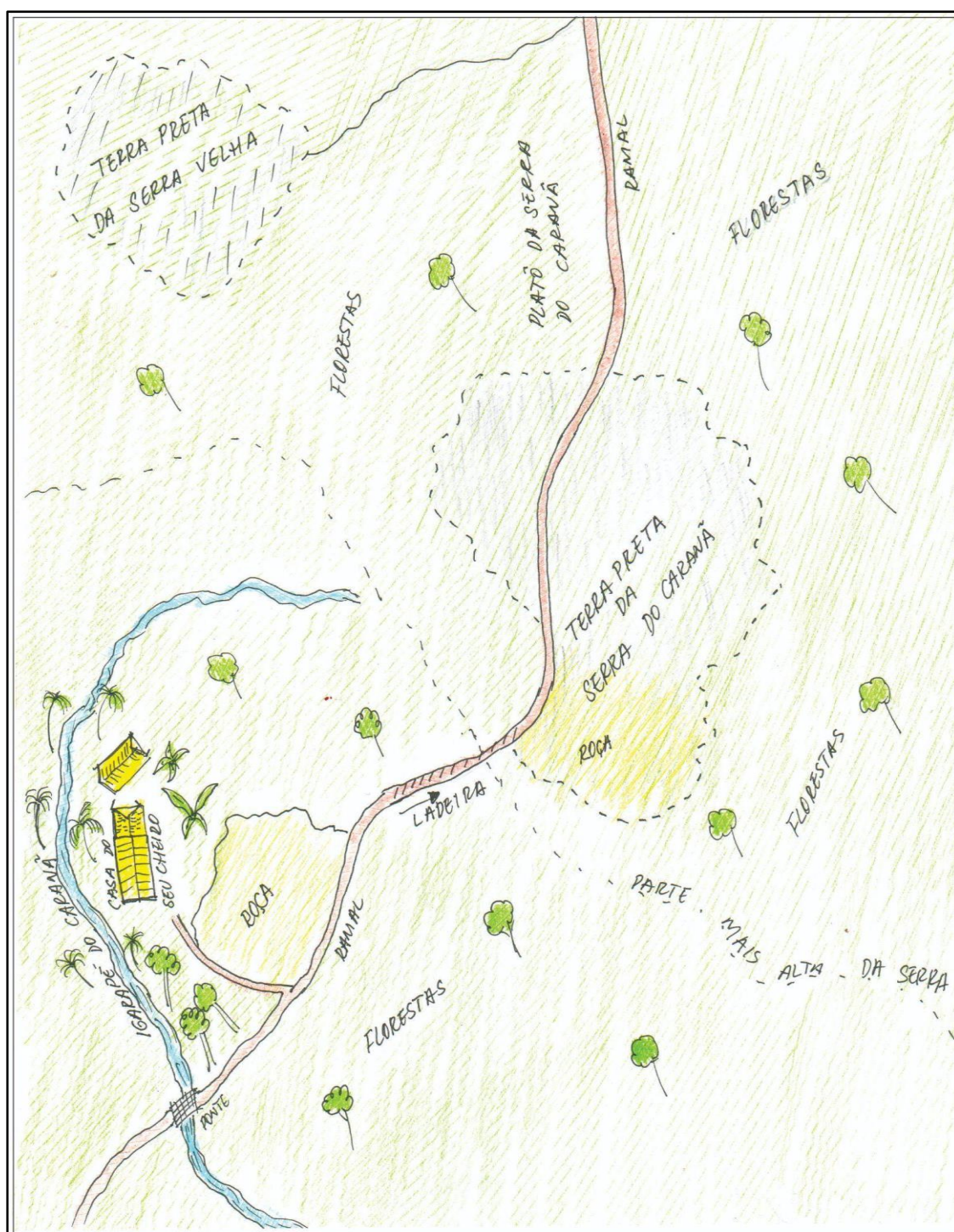
Ela mesma expressa uma prática que é parte do trabalho da Arqueologia, que é acomodar bem as peças arqueológicas, numa ação de “curadoria popular”, sendo ela uma colecionadora de cerâmicas do Caranã.

[...] é como a gente vê contarem histórias dos antepassados né, e aí eu guardei aquelas caretinhas porque eu tinha um sonho de que eu construísse a minha casa melhor né, eu queria fazer um quartinho, acho que tipo uma prateleira e guardar elas lá de lembranças né, assim uma lembrança delas né que eu achei bonito né, de tanto eu ouvir as histórias mesmo que elas têm um valor, aí eu disse que não ia vender aí eu ia guardar elas.(informação verbal, 2022)²⁶.

²⁵ Conversa com Bernarda do Caranã, 2022

²⁶ Conversa com Bernarda do Caranã, 2022

Figura 27 - Croqui da casa de um comunitário do Caranã em relação ao sítio de terra preta.



Desenho: Raimundo Carlos Alves (2022)

Os moradores mais antigos do Caranã falam que antes era mais farto, a terra produzia mais, bem diferente do que é hoje quando apenas algumas plantações se destacam na produção. Seu Raimundo de 87 anos fala como era a produção de banana nas terras pretas:

Na época de banana bastava você plantar umas quatro ou cinco cova de banana assim lá no roçado pra virar um bananal, você ia tirando, e ia virando um bananal, dava banana que se estragava, emendava safra com safra, você ia passear nas casas dos vizinhos, de longe você já tava sentindo o cheiro de banana, hoje já não dá mais, você planta lá em cima da serra lá, até aqui já não dá mais. (informação verbal, 2022)²⁷.

No entorno da casa de seu Raimundo é visível os fragmentos cerâmicos para este local eles dizem que é uma borra de terra preta, ou a chamada terra preta de areia, diferente da terra preta do alto da serra, chamada de terra preta de barro. A chamada terra preta de areia está localizada próximo aos igarapés e em todas as comunidades visitadas, associada a solos arenosos, no Caranã são usadas para as roças de milho e mandioca. A terra preta de barro está localizada no platô da serra e segundo os comunitários é uma terra mais produtiva e muito procurada por eles para fazer seus roçados. Sobre as cerâmicas seu Raimundo fala o que vivenciou ou presenciou nos roçados do Caranã,

Em cima da serra aí da piçarreira tem área lá que você encontra muito isso aí, tem cada pedaço que eu acho que era até o forno deles, que quando eles abandonaram eles não deixaram nada inteiro, eles iam quebrando tudo, cada pedação que você acha, eu acho que era pedaço de forno deles. (informação verbal, 2022) ²⁷.

Seu Raimundo fala de algo muito comum nos sítios de terra preta que é sobre o material achado, principalmente cerâmica que possivelmente tenha sido quebrada de forma intencional pelas pessoas que utilizavam, e muito desse material não está na superfície, mas logo abaixo no solo. Muitas ações antrópicas ou naturais também podem agir sobre o material, fragmentando as peças. Também fala sobre o material lítico que eles encontravam nos roçados do Caranã, e como esses achados também despertavam a curiosidade e esperteza de outras pessoas referente a esses materiais.

A única coisa que a gente guardava era umas pedras, que era feitiço deles. Machadinho, uma viagem o finado meu pai achou um inteiro assim, inteirinho uma pedra assim roxa com uma cintura no meio assim, esse material ainda tem em cima da serra mais só os pedaços, a gente ainda encontra por lá, eles quebravam tudo, era difícil você encontrar um inteiro, a gente vai capinando o roçado e aí essas coisas

²⁷ Conversa com Seu Raimundo, comunitário do Caranã

vão aparecendo. Uma viagem o finado meu pai achou uma pedra muito interessante, uma pedra ela não era grande, desse tamanho aqui quadradinha, você olhava ela brilhava, aquela pedra um caboco aí enganou meu pai, era uma pedra meio verde, você olhava assim ela parecia muitas cores, essa pedra lá um caboco aí enganaram meu pai e ficaram com a pedra, pra mim aquela pedra era uma pedra valorosa, essa pedra foi a única que ele achou capinando. (informação verbal, 2022)²⁷

No Caranã é uma comunidade ainda com forte relação das pessoas com o meio ambiente, cheia de boas lembranças dos antepassados e ainda bastante farta tanto de plantações como de frutos da floresta, porém a invasão das terras por parte dos grileiros e madeireiros, a caça indiscriminada e também as intenções da ALCOA de minerar em suas serras é motivo de muita preocupação por parte dos comunitários, que veem nessas atividades uma ameaça as pessoas e ao PAE Lago Grande, além de se sentirem desprotegidos diante dessas pessoas que usam da violência para intimidar aqueles que denunciam suas violações. O projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia foi algo positivo que ajudou os comunitários a sentirem a importância do espaço onde vivem, com todas as referências materiais e imateriais que compõe o espaço físico da comunidade, e isso ficou claro na construção do mapa socioambiental, sendo uma ferramenta que vem a somar no direito à vida e na defesa do território.

Além da comunidade de Caranã no alto Lago Grande, o projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia também esteve presente em outras comunidades vizinhas como Retiro, Tauari e Terra Preta do Salé. Nessas comunidades o projeto entrevistou os comunitários, principalmente as lideranças, e que foi reforçado pelo meu segundo momento nessas comunidades em trabalho de campo, onde entrevistei 5 comunitários no Salé e 1 pessoa no Retiro. Nessas entrevistas procuramos saber das relações das pessoas com as terras pretas e artefatos arqueológicos. Trago aqui algumas conversas relevantes e daquilo que pude perceber nessas conversas.

[...] Cada roçado que se fazia aí, quando a gente ia cavar no tempo que a gente plantava tabaco, era preciso tá afastando tinha um trecho que eu acho que ainda tem lá, tinha um pessoal que tava ajuntando e levando, aí sem permissão nenhuma, mas assim, aqueles pedaços de

*vasilha de barro esses é fácil de achar, quando a gente faz um roçado e vai cavar a gente encontra. (informação verbal, 2022)*²⁸

Dona Basília fala do início dos trabalhos na Terra Preta do Salé, pessoas que vieram de fora e que tiveram a experiência de cultivar na terra preta, sendo essa muito fértil e boa para o plantio, sobre as “caretas” era muito comum encontrarem, algumas foram guardadas, porém perdidas ao longo do tempo. Também fala que os artefatos eram procurados pelos padres, pessoas que se interessavam em coletar, possivelmente levar para outros centros.

*[...] Quando nós chegamo pra cá, era mato, tinha um urucurizal grande aqui na frente aí a gente achava aquelas pedra né, a gente achava aqueles machadinho, a gente não guarda, aí perde tudo, os moleques usavam como brinquedo, muitos os padre ainda levaram, aí foi nós paramos já pra cá depois, já tá com doze anos ou mais, começemo a trabalhar aqui, a gente achava, que aqui a terra é muito boa pra tudo, a gente achava as pedra, às carinha, machadinho, aquelas careta, aí foi, foi acabando a gente guardou mais as crianças jogavam fora tudo (informação verbal, 2022)*²⁹

Os moradores falam que a terra preta sofreu mudanças na questão de produção, principalmente no cultivo da melancia, o que pode ser consequência de interferências antrópicas pelo uso de mecanização que de alguma forma mudou a composição química da terra.

*... Parente, já tá com diversos tempo aqui que não presta a melancia, eu não sei qual foi o motivo, essa terra era boa, você plantava um pezinho de melancia, você tirava um monte de melancia, mas agora ficou difícil. Então a gente tira umas que parece uma cuinha, não sei se tá faltando adubo nessa terra, se ela tá fraca né, porque na verdade a melancia precisa de um adubo bom pra dá uma coisa boa, pois olha eu pensava que nessa terra ia dá bom que ela é uma terra bem preta, bem fofinha né. (informação verbal, 2020)*³⁰

Dona Brasília também observou essa mudança em sua plantação de melancia, além de afirmar que a terra preta é muito boa para plantas medicinais, muito usada nas comunidades do interior da Amazônia.

[...] É, agora esses dois anos nem a melancia quis saber de dar bonita, planta ela, ela vem, mas dá umas bolinhas, antes dava cada melancia bonita... A gente plantava também muita planta medicinal, mucura caá, arruda, jucá, mangarataia, quando os outros não tinham

²⁸ Entrevista com Seu Pedro do Retiro, 2022

²⁹ Entrevista Basília da Terra Preta do Salé

³⁰ Entrevista com João José da Terra Preta do Salé, 2020

por aí, eles vinham aqui em casa e a gente dava para eles fazerem remédio (informação verbal, 2022) ³¹

João Afonso reforça que a alteração na terra preta pode ser causada pela ação de uso de mecanização, dando exemplo concreto dessa mudança do antes e do depois dessa interferência.

[...] e isso já aconteceu, inclusive eu já trabalhei com um rapaz aí, ele mandou tratorizar a terra né, uma mexida na terra e não foi aquilo que a gente esperava, mas de forma alguma, mudou muito a diferença da onde não é, e de onde foi mexida. Ele achou que ia produzir muito, não produziu nada, porque aqui o solo de terra preta só tem no máximo vinte centímetros e a máquina entrou mais de trinta centímetro de profundidade. (informação verbal, 2022) ³²

O relatório da Nova Cartografia da Amazônia mostrou que no alto Lago Grande a pressão da mineração é real e fonte de preocupação, tanto para as lideranças da FEAGLE e STTR, como para as lideranças comunitárias e demais moradores, como podemos registrar com os comunitários da Terra Preta do Salé e Retiro. Para João Afonso o problema também está com os próprios comunitários que não agem de acordo com as regras do assentamento.

[...] a maior preocupação é a mineradora, sojeiro, é madeireiro, mas na verdade a partir das nossas realidade têm outras ameaças que o povo daqui mesmo constrói e acaba fazendo essas situações, nós temos invasão de madeira, muita gente entra aí e tira não pergunta nem de quem é, outra é a invasão de caça e pesca, porque a gente vê, porque a gente vê que o pessoal só quer viver só da natureza né, se beneficiar financeiramente, ele não caça pra se sustentar[...] (informação verbal, 2022) ³³.

Também o temor pela perda do território e pelo que ele proporciona é real na fala de seu José Ferreira da Terra Preta do Salé que é um agricultor e pescador, conhecedor das terras do Caranã.

[...] rapaz o que vai acontecer é acabar com os moradores de lá, que a gente não vai poder trabalhar mais lá. Depois que a firma toma de conta, você não pode nem meter o braço lá, não vai nem lá perto, principalmente pra caçar, aí que não vai mesmo[...]. E aí com a chegada de um empreendimento desse, aí que não vai tirar nada, não vai não. (informação verbal, 2022) ³⁴

³¹ Entrevista com Dona Brasília de Terra Preta do Salé, 2022.

³² Entrevista com João Afonso, Terra Preta do Salé, 2022)

³³ Entrevista com João Afonso de Terra Preta do Salé, 2022

³⁴ Entrevista com Dona Brasília de Terra Preta do Salé, 2022.

O reconhecimento pelo PAE e pelo o que ele representa na vida das pessoas do assentamento é algo que seu Pedro do Retiro gosta de valorizar, sendo ele uma grande liderança e grande conhecedor das questões socioambientais do Lago Grande.

[...] Eu tenho a dizer sobre o PAE Lago Grande é que a gente deve muito viu, porque muito embora a gente tenha a nossa cultura, tenha a nossa experiência de preservação, mas ninguém tinha de jeito nenhum, força pra impedir e eu digo com toda certeza se não fosse esse assentamento, né muito embora não tá bem terminado, a gente já teria perdido o território....é complicado a chegada deles, a vinda deles a gente roga a Deus para que não venha porque aí é o fim, porque assim acaba nossa vida, nós temos por enquanto onde atar uma rede, descansar, conversar com um amigo, mas daqui a pouco nós não vamos ter, nem aqui nem em outro canto, se já tão vindo pra cá é porque não tem lugar em outro canto.(informação verbal, 2022)³⁵

Realizei atividades de campo em outras comunidades como Terra preta do Salé, Retiro, Guajará e Itacumini. Essas comunidades não estavam na relação do projeto da Nova Cartografia da Amazônia, pela proximidade com o Caranã o projeto estendeu as entrevistas com os comunitários da Terra Preta do Salé e Retiro para ampliar a pesquisa num contexto mais regional do Alto Lago. Foi preciso duas idas a campo para essa região que fica bem distante da Vila Curuai, uma ida pelo projeto PNCSA e outra por conta própria, para colher mais informações. As outras comunidades de Guajará e Itacumini realizei pesquisa indo só uma vez e em datas e viagens específicas.

³⁵ Entrevista com Pedro do Retiro, 2022.

Figura 28 - Mapa com as divisões do PAE Lago Grande



Fonte: Autor via Google Maps (2023)

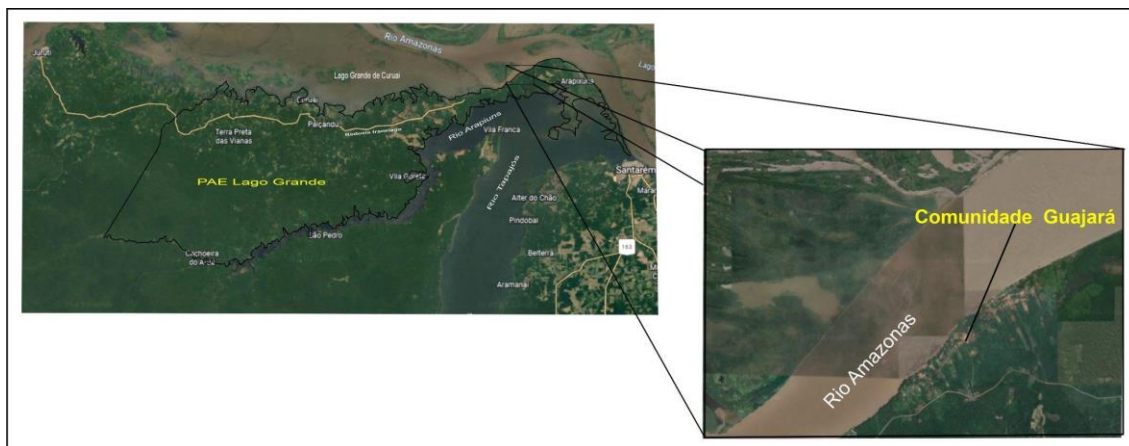
4.4 Guajará

A primeira comunidade que visitei para uma primeira experiência de campo foi Guajará, que fica na região do Arapixuna, uma comunidade de referência pelo tamanho e importância no baixo Lago Grande. Quem nos acolheu foi o seu Francisco Miranda, filho da terra e que tem sua moradia sobre o solo de terra preta. Hoje ele e sua esposa já estão aposentados, no entorno de sua casa tem outros moradores que ainda trabalham com a roça com a produção de farinha e outros cultivos importantes para o sustento das famílias.

Nos quintais dos comunitários é possível observar muitos fragmentos de cerâmica na superfície, além de vários montículos, ele nos conta que em épocas passadas encontrava muitas “caretas” no quintal, chegou até mesmo a encontrar um vaso inteiro, que relacionou a uma vasilha com ouro, mas que desapareceu logo depois que o mesmo encontrou. Em Guajará ocorre a presença de duas áreas de terra preta, uma mais extensa e outra menor, com uma faixa de solo arenoso entre elas, nas terras pretas planta-se: cupuaçu, cacau, banana, laranja e seringa. Seu Bibiano Costa nos mostra sua pequena plantação de macaxeira perto de casa, ele afirma que *“a terra preta é muito boa para qualquer tipo de plantação, mas também é muito trabalhosa devido o cerrado que nasce junto*

das *plantas*” (informação verbal, 2022)³⁶. Segundo ele, as caretas apareciam com mais frequência perto do barranco de frente pro rio, local onde era a antiga casa de seus pais e que hoje está a mostra o antigo piso.

Figura 29 - Mapa de localização da comunidade Guajará no PAE Lago Grande



Fonte: Autor via Google Maps (2023)

Em relação aos fragmentos cerâmicos chamados aqui por eles de “caretinhas” algumas pessoas costumam guardar esses materiais em casa, como uma coleção particular, os fragmentos são encontrados no próprio quintal desses moradores, quando vão fazer a capina de suas pequenas roças, ou cavar alguma fossa e construção de casa. O Seu Bibiano Costa também tem uma pequena coleção com vários apliques modelados como: cabeça de urubu-rei, pé de estatueta, apliques zoomorfos, aplique de face antropomorfa, bordas e paredes de vasilhas, além de vários machadinhos de arenito, outras cerâmicas pré coloniais e fragmentos de uma cerâmica mais recente (Figura 30). Para seu Bibiano é importante guardar esses materiais, pois eles contam um pouco da história do Guajará.

O Sítio arqueológico de Guajará, além de um importante sítio pré colonial com seu solo antropogênico e suas cerâmicas modeladas, guarda também um pouco da história da Cabanagem³⁷, na parte leste do sítio de terra preta

³⁶ Entrevista com Bibiano Costa, comunitário do Guajará

³⁷ Movimento revolucionário que aconteceu na então Província do Grão Pará nos anos de 1835 a 1840 com a participação da classe pobre e excluída da sociedade da época como: Indígenas, Negros, Mestiços e também algumas pessoas da elite.

encontrasse o chamado “Caminho dos Cabanos”³⁸ usado por essas pessoas como estrada que ligava Comunidade de Cuipiranga no Rio Arapiuns a vila de Guajará às margens do rio Amazonas, sendo usado até os dias atuais. Esse local atualmente é um bonito sítio, uma espécie de pomar com várias árvores frutíferas, entre eles destaca-se o cacau e o cupuaçu. O local também é temido pelos comunitários, pois dizem que sobre suas sombras as “visagens”³⁹ *“costumam aparecer para importunar os desavisados que “andam por ali tarde hora da noite, segundo seu”* (informação verbal, 2022)⁴⁰

Figura 30 - Fragmentos cerâmicos (apliques, bordas, paredes e material lítico(machadinho) da comunidade de Guajará PAE Lago Grande região do Arapixuna. baixo lago



Fonte: Autor (2021)

Há informações que essa comunidade já perdeu muito do seu material arqueológico, que foi coletado na superfície, levado por curiosos ou escavado de forma clandestina. Outra parte do sítio também já desbarrancou devido a erosão causada pelas enchentes do rio, que acabam abalando as estruturas do paredão e ocasionando a erosão.

³⁸ Chamado assim pelos moradores de Guajará, possivelmente a estrada que ligava a comunidade de Cuipiranga no Rio Arapiuns a Cuipiranga do Rio Amazonas, (Isso no tempo da Cabanagem) local de resistência cabana no Baixo Amazonas, com presença de vestígios arqueológicos históricos. (NEPOMUCENO ,2017 p 60, 61-68)

³⁹ Histórias de assombração que permeiam o imaginários dos povos da amazônia, aquilo que não é compreendido, mas é sentido na vida real, com medo, desconfiança e contam um pouco como as pessoas da Amazônia vê o mundo. (VAZ; CARVALHO ,2013:18)

⁴⁰ Entrevista com Chico Miranda.

4.5. Itacumini

Outra comunidade do médio Lago Grande que realizamos campo de pesquisa foi Itacumini que fica às margens do Lago grande e a 5 km da PA-257 a Translago, é uma comunidade que tem um potencial arqueológico significativo com dois tipos de sítios. Seu grande destaque é o sítio de arte rupestre⁴¹ (2. 263. 430" S 55.168.278" W) que está localizado em frente a comunidade numa área de rochas areníticas que toma conta da extensa ponta de praia. Nessas rochas encontra-se uma série de painéis com gravuras de desenhos geométricos, desenhos de espirais e antropomorfos em uma área determinada dos rochedos, e sob a parte mais elevada encontra-se um sítio de terra preta (Figura 29)

Cheguei à comunidade por indicação de antigo morador e reunimos com a coordenação comunitária que nos acolheu com bastante cordialidade e explicamos nosso propósito de fazer registro fotográfico do sítio rupestre e conversar com seus moradores. Aplicamos a metodologia dos procedimentos fotográficos para contextualizar o sítio com câmera digital Sony, 20.1 DSC H300, através do registro geral, intermediário e detalhe (OKUYAMA *et al*, 2014).

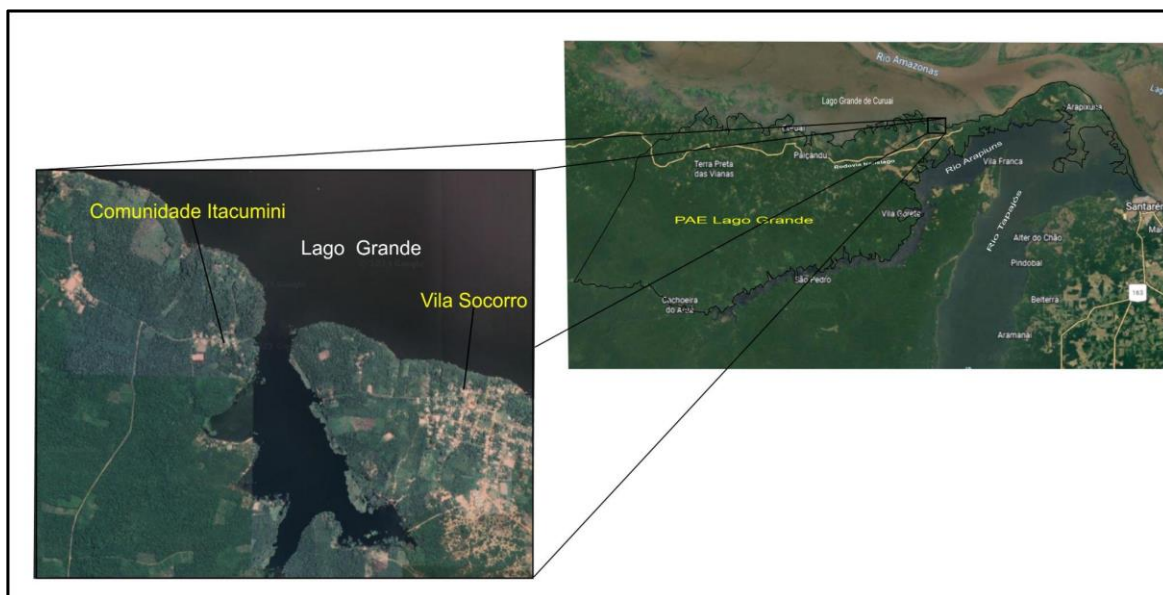
A atividade de campo foi feita em procedimento colaborativo com comunitários locais, que nos levaram a conhecer o sítio rupestre e também o sítio cerâmico, além de nos levar aos moradores para conversas formais. Também auxiliaram nos procedimentos de fotografia e reconhecimento da área de várzea. O diálogo com a coordenação da comunidade é algo que procuramos valorizar nessas idas a campo. Segundo os moradores algo que tem ocorrido na comunidade, é que muitas pessoas têm ido visitar e fotografar as gravuras rupestre sem o consentimento da coordenação da comunidade.

As gravuras são parte integrante da vida cotidiana dos moradores, que veem nelas algo positivo que ajuda a comunidade ter uma referência, que diferencia de outras e que de certa forma está incorporada como algo de pertencimento, que interliga as pessoas do presente com ações registradas no passado (BEZERRA, 2017, p.13). Os desenhos como foram feitos na rocha, até hoje intriga os moradores, que acham que foram feitos na época que as rochas

⁴¹ O sítio de arte rupestre de Itacumini foi visitado pelo arqueólogo Marcio Amaral em 2010 que realizou a identificação do sítio e fez registro fotográfico (Márcio Amaral, comunicação pessoal).

eram mais moles, um tema recorrente na Arqueologia quando da relação das pessoas com esses sítios. (SILVA, 2002; 2015; CABRAL, 2012).

Figura 31 - Localização da comunidade Itacumini no PAE Lago Grande



Fonte: Autor via Google Maps (2023)

Em Itacumini conversei com toda a coordenação da comunidade que era composta no momento por 6 pessoas, além da coordenação cheguei a conversar com 5 pessoas, moradoras da vila, algumas com moradias na terra preta, com atividades de pequenas roças, pescaria e também com alguma relação com as cerâmicas encontradas na superfície do sítio. A visita a esses moradores se deu com a intermediação de seu Ailson que é membro da coordenação e fez a ponte com os moradores dessa parte da comunidade.

No sítio rupestre foi possível identificar vários painéis com gravuras nas rochas compondo o cenário de Itacumini, não é toda extensão da formação arenítica que as gravuras aparecem, mas em uma pequena extensão de mais ou menos 20 metros de rochas incrustada na encosta da elevação, cercada pela floresta e com algumas árvores sob as rochas maiores. É possível perceber também alguns painéis que estão abaixo dos sedimentos de aluvião.

Figura 32 - Formação arenítica na comunidade de Itacumini às margens do Lago Grande de Curuai. Plano Geral mostrando o contexto ambiental do sítio.



Fonte: Autor (2022)

Alguns moradores já moraram bem próximo aos rochedos, isso logo no início quando a comunidade se constituiu, eles tinham algumas casas bem próximas da praia como diz Seu Iracildo, antigo morador de Itacumini, que nos levou a ver onde ficavam as antigas moradias. Antes e relatou o seguinte: *“a gente morava lá perto do rio, das pedras, mas aí as enchentes foram ficando cada vez mais grande e aí a gente se mudou aqui pra cima”* (informação verbal, 2022)⁴². Não ouvi de nenhum morador algo que relacionasse as gravuras nas rochas com aparições sobrenaturais ou local de encanto⁴³, que geralmente está associado a esses antigos locais, muitas das histórias da comunidade se perderam com a morte dos mais antigos, como eles costumam se referir e como destaca a Dona Marilda comunitária de Itacumini.

⁴² Conversa com Seu Iracildo do Itacumini)

⁴³“A casa dos encantados, geralmente fica no fundo das águas, por isso seu sinônimo é o termo fundo. As pessoas o descrevem como sendo uma cidade, onde tudo reluz e brilha intensamente. Mas há encantos que ficam dentro de pontas de pedra ou debaixo da terra em um lugar determinado” (VAZ; CARVALHO, 2013, p. 19)

[...] eu digo que a gente não sabe valorizar a nossa própria história, os velhos, os antigos tinham muitas histórias sobre esse local, mas não nos preocupamos em conversar com eles e anotar os eles falavam, aí é uma história que se perde. (informação verbal, 2022)⁴⁴

É projeto futuro da comunidade criar uma infraestrutura para as gravuras se tornarem mais conhecidas, inclusive um político local já prometeu criar algo nesse sentido para a comunidade, mas que ficou apenas em promessas de boca como eles costumam falar. O fato é que a comunidade tem grande apreço pelas gravuras, alguns até têm nomes específicos que remetem a forma como eles veem, como é o caso da “sereia” (Figura 33), uma figura que lembra formas antropomorfas. Segundo a arqueóloga Edithe Pereira as figuras antropomorfas estão presentes tanto na cerâmica como na arte rupestre na região do Baixo Amazonas (Santarém, Monte Alegre e Prainha) (PEREIRA; GUAPINDAIA, 2010, p. 265). Para a pesquisadora, a arte rupestre se caracteriza antropomorfa quando o motivo gráfico apresenta traços humanos como corpo, cabeça e membros, no caso da cabeça, com a presença dos traços do rosto (PEREIRA; GUAPINDAIA, 2010, p.265).

De fato, a gravura tem traços que lembra uma figura humana, porém de difícil compreensão, pois algumas partes da gravura já estão sendo intensamente afetadas pelo intemperismo da rocha, ação natural possivelmente ocasionado pela ação das águas fluviais e precipitações pluviais. Percebe-se que a gravura foi produzida aproveitando algumas feições da própria rocha para compor a figura, ação essa muito comum nos sítios de arte rupestre, tanto de pinturas como de gravuras. No sítio de Itacumini essa prática também é bem recorrente.

⁴⁴ Entrevista com Dona Marilda, comunitária de Itacumini

Figura 33 - Gravura antropomorfa sob rocha arenítica na comunidade de Itacumini chamada pelos comunitários de “a sereia”.



Fonte: Autor (2022)

Uma outra figura antropomorfa onde se aproveita as feições naturais da rocha para compor parte da gravura (figura 34). Como podemos perceber tem elementos gráficos com traços do rosto humano, mas com ação de intemperismo sobre a rocha.

Figura 34 - Gravura antropomorfa plano detalhe.



Fonte: Autor (2022)

Na figura 35 os motivos gráficos são esses espirais que são bem recorrentes nos painéis deste sítio, e que são a marca que mais se destaca entre todos os outros motivos.

Figura 35 - Pannel com motivos gráficos em forma de espirais, muito comum neste sítio rupestre, plano intermediário.



Fonte: Autor (2022)

Aqui num plano detalhe dos espirais, podemos perceber a ação do intemperismo agindo direto sobre a rocha, ocasionando esses furos que vão se ampliando com o tempo pela ação da água. Além da deterioração pela ação natural existe também ação antrópica nas gravuras, algumas pessoas colocam areia nas incisões das figuras para a tornarem mais visíveis, o que pode afetar as mesmas devido a areia ser um componente abrasivo.

Figura 36 -Gravuras geométricas espirais. Foto detalhe.



Fonte: Autor (2022)

Este painel na figura 37 apresenta gravuras com grafismos puros, (PEREIRA; GUAPINDAIA, 2010) que estão na parte inferior do rochedo arenítico, com contexto deposicionais de aluvião, é possível que tenha gravuras abaixo do sedimento arenoso, visto que esses grafismos estão muito próximo deste solo.

Figura 37 - Painel com gravuras geométricas, mostrando contexto deposicionais de aluvião.



Fonte: Autor (2022)

Na figura 38 vemos um painel que foi fotografado no sentido de cima para baixo, devido a exposição de luz no local, e mesmo que a rocha está na posição horizontal, quase deitada em relação ao solo e nesta posição inviabiliza uma fotografia direta, de frente. No painel em destaque mais grafismos espirais.

Figura 38 - Paineis com figuras geométricas espirais.



Fonte: Autor (2022)

As gravuras de Itacumini não são mencionadas por Nimuendajú, nem aparecem no mapa produzido por ele quando esteve no Lago Grande que identificou vários sítios de terra preta em diversas comunidades. Essa ausência pode ter sido devido ao fato que o sítio estivesse submerso nas águas do Lago durante a visita de Nimuendajú. Na época da enchente, a água cobre praticamente todos os rochedos areníticos, deixando as gravuras submersas.

Este contexto que descrevemos, é semelhante a outro sítio rupestre pesquisado pela arqueóloga Marta Cavallini no município de Itacoatiara no Amazonas. Em sua dissertação de mestrado, apresentou uma contextualização arqueológica das gravuras do baixo rio Urubu, além de investigar a relação crono-cultural com o sítio de terra preta e uma proposta paleoambiental hipotético para a antiguidade do sítio. (CAVALLINI; ALVES, 2014). As semelhanças são apenas em contexto ambiental com formação rochosa às margens do rio e um sítio cerâmico no alto do barranco, quanto as gravuras

existem bastante diferença de estilos, visto que o que se vê no sítio caretas, são uma abundância do que ela denomina de encefalomorfos, que são gravuras de cabeças de variados formatos. (CAVALLINI; ALVES, 2014) Enquanto que no sítio de Itacumini são os desenhos geométricos, principalmente os espirais que mais se destacam.

O sítio de terra preta que está sob o barranco e ao norte do centro da vila, também às margens do Lago Grande, situa-se num lugar estratégico, pois do alto é possível observar toda a entrada do lago e grande parte da várzea inundada. Segundo os moradores o pacote de terra preta chega a ter mais de 2 metros de profundidade e com material arqueológico em sua superfície. No momento tem poucas famílias morando no local, mas no passado a área era um local coletivo e várias pessoas faziam suas roças ali, como destaca seu Ailson

[...] olha essa terra preta aí, de primeiro todo mundo fazia roça aí e plantava, não tinha dono, cada qual podia fazer sua roça aí, mas hoje em dia não é mais assim, depois que a terra foi dividida só algumas famílias ficaram lá (informação verbal, 2022)⁴⁵

Figura 39 - Apliques cerâmicos e estatueta feminina do sítio de terra preta do Itacumini.



Fonte: Autor (2022)

⁴⁵ Entrevista com Seu Ailson, comunitário de Itacumini.

Ao caminhar pelo ramal de acesso ao sítio é possível observar fragmentos cerâmicos, e material lítico como calibradores. Os moradores também nos mostram apliques cerâmicos como cabeça de urubu rei, parte de um bico fragmentado e também parte de uma estatueta feminina encontrado pelas crianças (Figura 36). Não se pode afirmar que o sítio cerâmico tenha alguma relação com o sítio rupestre da comunidade de Itacumini, somente com uma pesquisa sistemática em ambos locais, será possível chegar a resultados mais precisos. O que podemos afirmar é que são dois sítios com grande relevância para a arqueologia amazônica, como toda a região do Lago Grande e seus abundantes sítios arqueológicos, tanto em terra firme, como na região de várzea.

A comunidade de Itacumini também faz parte do PAE Lago Grande, porém não tão engajados na luta como outras comunidades, aqui não tem ameaça de mineradoras e nem de madeireiros, e sim da violência que migra dos centros urbanos como Vila Socorro, junto com o alcoolismo e as drogas que ameaçam a vida dos jovens. Os comunitários vivem da pesca e da produção da agricultura familiar. Alguns moradores têm gado na região de várzea e estão sujeitos a sazonalidade dos rios, do regime da subida e descida das águas, que os obriga a sempre mudar os animais de um local para o outro. Tem um cenário ambiental muito diversificado, com praias, lagos menores, florestas e a pesca no verão amazônico. O sítio de terra preta ainda continua a ser cultivado, as caretas continuam a ser encontradas e as pessoas seguem o ritmo da vida do interior. Um contexto social e ambiental tradicionalmente ribeirinho, mesclado a um contexto arqueológico indígena que pode contar muito da história no passado do Lago Grande.

4.7 Discussão dos resultados

A pesquisa aconteceu em um período extremamente difícil tanto para as comunidades do PAE, como para a acadêmica devido às dificuldades causada pela pandemia da Covid 19 e também pela questão de ataque às instituições e aos movimentos sociais que lutam em defesa do PAE no caso a FEAGLE e o STTR/STM, isso causando instabilidade com ameaças às lideranças locais,

situação ligada a interesses de empresários, fazendeiros e políticos que são contra a constituição de um território coletivo no Lago Grande. Nesse sentido a pesquisa foi realizada com certa cautela, principalmente pela pesquisa em conjunto com o Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), algumas vezes fomos questionados por pessoas contrárias a presença de pesquisadores no Lago Grande.

As terras pretas têm sido uma referência em termos de produção, em muitas comunidades, ainda se produz muito e com qualidade, e esses solos antropogênicos continuam se regenerando, se transformando como foram no passado para as populações indígenas, continuam sendo para as comunidades tradicionais. Em todas elas, onde tem a terra preta, sempre tem uma roça, uma plantação familiar, uma produção comunitária e isso ajuda o produtor rural a se manter na propriedade.

Os fragmentos cerâmicos tão comuns nestas áreas, fazem parte de coleções de vários comunitários, alguns organizam essas peças em prateleiras, outros guardam seu material em sacos, caixas e vasilhas, outros tem algumas peças em alguma parte da casa, mas guardam de algum modo. Essas caretas, carinhas, caretinhas, machadinhos são amplamente reutilizados, dando-lhes uma nova função como relatado por um comunitário que o utilizava como medida de peso de balança. Isso vai além dos fragmentos, os próprios sítios, as paisagens e os lugares de memória ganham novas interpretações e relações com a comunidade do presente (BEZERRA, 2014, p.13). Essa interatividade com essa materialidade arqueológica que nem sempre é a mais correta, de acordo com as diretrizes e legislação de órgãos que cuidam do patrimônio cultural, criam novas narrativas sobre a materialidade. Onde a arqueologia ainda não atua, chega à sabedoria popular e isso faz dos comunitários agentes diretos na construção do conhecimento arqueológico (LIMA; MORAES, 2013 p. 41).

No Lago Grande são raras as peças inteiras. No Caranã ouvimos um relato de um comunitário que presenciou um achado que segundo ele chamou de uma “boneca” grande, encontrado na terra preta e que foi quebrada em

pedaços pois dentro dele tinha algo que fazia barulho⁴⁶ e suspeitavam ser ouro. Possivelmente era uma estatueta feminina com pedrinhas em seu interior, como visto em outras estatuetas de estilo Santarém. O fato é que o que a academia convencionou de chamar por artefatos arqueológicos, faz parte do cotidiano dessas pessoas das comunidades onde aconteceu a pesquisa. A forma como trabalham os arqueólogos e seu interesse por esses assuntos, até então não discutido com eles, trouxe novidades no ponto de vista de darem mais importância a sua própria história e do território onde habitam. Creio que certas pessoas vão começar a olhar os artefatos de forma mais sensível, o que não deixa de ser bom para a proteção do patrimônio arqueológico.

O trabalho colaborativo desenvolvido em outras comunidades do PAE como Cabeceira do Ouro e Cabeceira do Marco no âmbito da Cartografia Social da Amazônia, foi muito relevante para entendermos as diferenças em comunidades que estão diretamente impactadas pelo latifúndio e aquelas que ainda prezam pelo seu território. Na cabeceira do Ouro embora não se tenha uma relação mais direta com os sítios de terra preta, se tem uma forte ligação com as colônias, sua produção, seus igarapés, suas cabeceiras, seus açais, castanhais, uxiais e suas histórias. Vivências que se aproxima daquilo que se busca que é o bem viver. Já a Cabeceira do Marco perdeu muito disso ao longo desses anos de ocupação latifundiária de fazendas e derrubada de suas matas. O entendimento de território é algo distante, mas a produção do mapa socioambiental pode dar novo fôlego às lideranças comunitárias, hoje é outra realidade bem diferente daquilo que disse dona Antônia de 87 anos de quando chegou na cabeceira do Marco. Aqui falar de arqueologia e patrimônio arqueológico soa ainda mais estranho, devido ao contexto em que a comunidade se encontra.

A colaboração dos comunitários na aplicação da pesquisa da Nova Cartografia Social da Amazônia realizada no médio e alto Lago Grande foi de suma importância para o resultado positivo dos trabalhos, principalmente com as lideranças das comunidades, que foram as pontes entre os pesquisadores e os

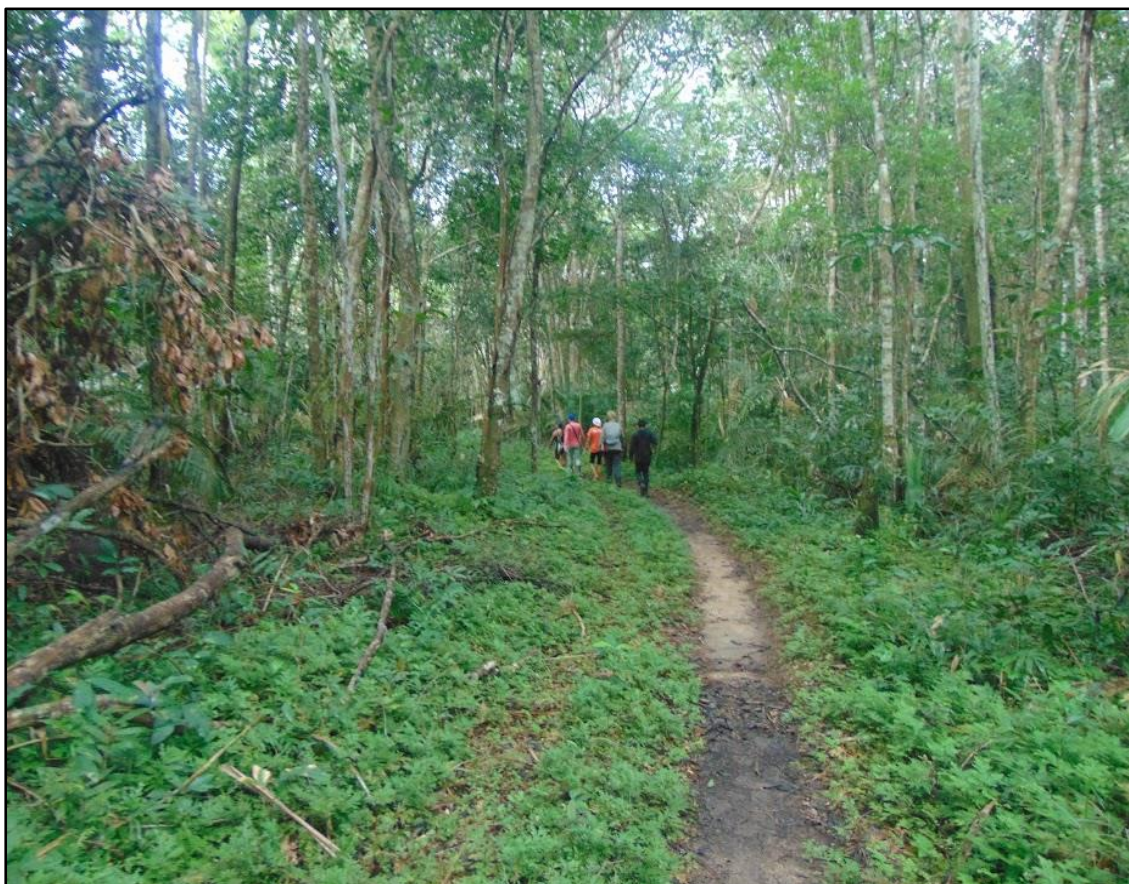
⁴⁶ A pesquisadora Cristiana Barreto (2016) num artigo sobre as estatuetas marajoaras menciona que algumas vinham com pequenos fragmentos de cerâmica no seu interior e que quando movimentadas produziam barulho como de um chocalho. (BARRETO; OLIVEIRA, 2016, p.61).

moradores locais, ou nos levando as residências destes ou mobilizando para os encontros em locais específicos. Essa confiança e credibilidade foi construída desde as reuniões no STTR passando pelas assembleias da FEAGLE e finalmente chegando a comunidades com as lideranças locais. Isso abriu caminho para o trabalho colaborativo de forma mais direta durante minha pesquisa no campo da Arqueologia. Esses comunitários não mediram esforços em nos levar a conhecer as coleções arqueológicas, mesmo em lugares distantes e de difícil acesso. Foram imprescindíveis no mapeamento dos novos sítios onde só eles sabiam o caminho e sua localização. Além de nos hospedar em suas casas por vários dias, acabaram fazendo um bem para eles e para nós também. (Figura 35).

A arqueologia está dando os primeiros passos na região do PAE Lago Grande, com pesquisas voltadas às comunidades, com alunos ingressando na universidade e optando por essa região como fonte de pesquisa, nesse sentido todo mundo pode ganhar e isso se faz necessário pela urgente necessidade, de compreender essa região no campo arqueológico. Acredito que nossa pesquisa é apenas um início de todo um trabalho que pode ser desenvolvido trazendo reflexões dos mais variados campos da arqueologia. Envolver o público nessa pesquisa com suas cargas de conhecimentos culturais foi de suma importância. O mapeamento de outros sítios de terra preta, identificação de artefatos arqueológicos, estudo das paisagens pré-coloniais, e envolvimento comunitário em temáticas da Arqueologia podem ajudar na discussão de territorialidade e pertencimento, assim como fortalecer na luta pelo bem viver, assim como contribuir para o conhecimento da cultura material e imaterial da região.

Sinalizamos para um futuro trabalho na área de arqueologia que poderá ser construído junto às comunidades e suas representações. Um projeto sobre patrimônio arqueológico seria algo interessante de se construir, visto que a região do Lago Grande tem uma importância significativa dentro da Arqueologia do Baixo Amazonas. Um trabalho no âmbito da Arqueologia Pública e colaborativa pode ajudar muito no envolvimento das pessoas na construção desse projeto de resgate cultural e na afirmação de uma identidade amazônica.

Figura 40 - Os caminhos da pesquisa no PAE Lago Grande (equipe do projeto PNCSA,2022)
Comunidade Cabeceira do Ouro médio Lago.



Fonte: Acervo PNCSA (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

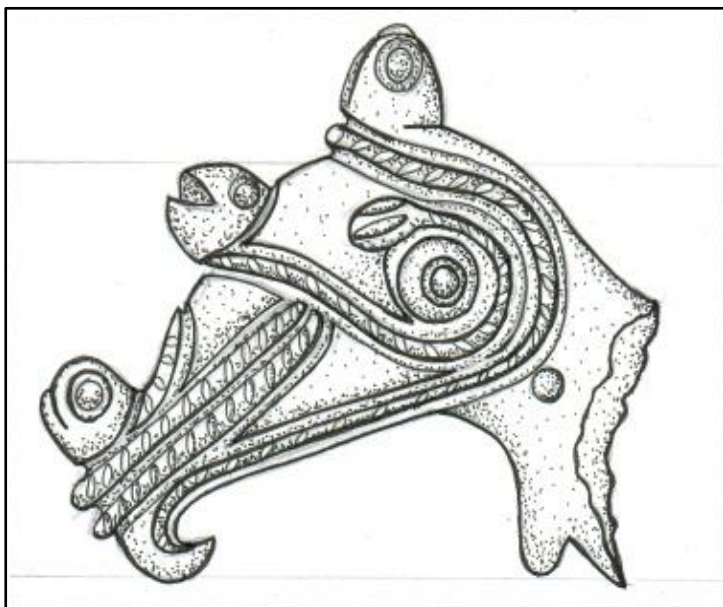
“Território e Vida” que está no título deste trabalho, é uma afirmação de que ambos estão intrinsecamente ligados. Principalmente nesse cenário onde está situado o PAE Lago Grande e acredito todas as unidades de conservação que permitem a presença de povos tradicionais dentro de seu espaço geográfico. Isso se torna um tema recorrente devido às constantes ameaças aos povos da floresta e as populações das diversas comunidades amazônicas, como temos assistido nestes últimos anos. Os megas projetos desenvolvimentistas estão por todos os lados e são uma real ameaça aos territórios tradicionais. Nos últimos anos, além deles, formas ilegais de predação do ambiente e território amazônico avançaram com garimpo, exploração de madeira irregular e grilagem para o agronegócio. Nos empreendimentos que cumprem o licenciamento ambiental, a arqueologia vem acompanhando essas interações, pois o modo como essa ciência é empregada para desenvolver um projeto sobre patrimônio arqueológico nas comunidades impactadas é o grande X da questão. Nem sempre o trabalho do arqueólogo irá responder às reais demandas da comunidade no campo da cultura material, pois nem todos os profissionais têm responsabilidade e comprometimento social, e/ou estão atrelados aos interesses das empresas para a qual prestam serviço. Entre interesses empresariais e comunidades é sempre um jogo desigual, onde aqueles que têm menor poder aquisitivo acabam sempre perdendo.

Dentro deste cenário aconteceu nossa pesquisa com as comunidades do PAE Lago Grande, um momento único com uma rica interação de ciência e conhecimento popular. A arqueologia pode sim criar esses espaços de troca com as pessoas, fazendo isso estamos popularizando uma ciência que deixa de ser exótica, para algo vibrante e interessante, onde as vivências podem se complementar criando pontes entre o passado material e o presente pulsante repleto de boas relações.

O PAE Lago Grande tem um grande desafio pela frente de associar seu passado arqueológico com as lutas socioambientais. A arqueologia é somente mais uma ciência num universo diversificado, unida a outras ciências pode ajudar o PAE Lago Grande a construir base sólida na questão ambiental, social e de

proteção ao seu patrimônio arqueológico. Antes é preciso grande engajamento de seus moradores para ser reconhecido como território coletivo com todos os direitos que a constituição reserva a esse tipo de projeto agroextrativista. Um deles é o direito a uma boa educação com acesso de sua juventude à universidade, ocupando todos os espaços do conhecimento. Daí a urgência de se organizar e fortalecer as instituições que são sua representatividade. Os desafios como vimos são imensos, mas a força das comunidades unidas pode superar a contra ofensiva de forças que são contrárias ao Bem Viver.

Figura 41 – Aplique cerâmico zoomorfo, cabeça de urubu-rei. Região do Lago Grande, Santarém. Artefato original, guardado no Laboratório Curt Nimuendajú, UFOPA-Santarém..



Desenho: Raimundo Carlos Alves (2022)

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Marcony Lopes. **Para além de Santarém: os vasos de gargalo na bacia do rio Trombetas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.13, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/VpNYcwXrPTyFV5q6pqLC8bf/>. Acessado em: 12 dez. 2022.

BARRETO, Cristiana; OLIVEIRA, Erêndira. Para além de potes e panelas: cerâmica e ritual na Amazônia antiga. **Revista Habitus**-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 14, n. 1, p. 51-72, 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5075/0>. Acessado em: 10 jan. 2023.

BEZERRA, Marcia. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-295, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/3988371/Bezerra_de_Almeida_M_O_P%C3%BAblica_e_o_Patrim%C3%B4nio_Arqueol%C3%B3gico_no_Brasil_reflex%C3%B5es_para_a_Arqueologia_P%C3%BAblica_no_Brasil_Habitus_v_1_2_275_295_2003. Acessado em: 10 jan. 2023

_____. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, v. 7, n. 1 [7], p. 107, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635674>. Acessado em: 01 jan 2023.

_____. **Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia**. Belém: GKNoronha, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/34462550/Bezerra_M_Teto_e_Afeto_sobre_as_pessoas_as_coisas_e_a_arqueologia_na_Amaz%C3%B4nia_Bel%C3%A9m_GK_Noronha_2017. Acessado em: 01 jan 2023.

CAMPOS, Paulo Andrade. **Mapeando os caminhos da arqueologia colaborativa: uma análise bibliométrica**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas. Universidade Federal De Minas Gerais. 2019

CAVALLINI, Marta Sara; ALVES, Márcia Angelina. **As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara-Estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização**. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Antropologia. Universidade de São Paulo. 2014.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta amazônica**, v. 36, p. 395-400, 2006. Disponível em: <https://acta.inpa.gov.br/fasciculos/36-3/PDF/v36n3a18.pdf#:~:text=desmatamento%20na%20Amaz%C3%B4nia%20procede%20a%20um%20alto%20ritmo,meio%20de%20processos%20tais%20como%20os%20inc%C3%AAndios%20florestais%2C>. Acesso em: 20 out. 2022

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E COMUNIDADES DO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DA GLEBA LAGO GRANDE-FEAGLE. **Plano de utilização das comunidades do projeto de assentamento agroextrativista (PAE) Lago Grande.**2006

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil.** Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. 2004

FOLHES, Ricardo Theophilo. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Ambientais. Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará. Convênio com o Museu Paraense Emílio Goeldi e a EMBRAPA Amazônia Oriental. 2016.

GIFFONI, Raquel. COELHO, Tadzio. MAIA, Maiana **A mineração vem aí ...e agora? Um guia prático em defesa dos territórios.** Org. Maiana Maia e Juliana Malerba. Realização FASE & POEMAS. Série /Mineração :Pra quê? Para quem? caderno 1 Rio de Janeiro 2019

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica arqueológica da Amazônia: vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP.** EDUSP, 2002.

GOMES, Jaqueline. COSTA E SANTOS, Rafael Barbi. COSTA, Bernardo Locale Silva da. Arqueologia comunitária na reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 385-417, 2014.disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1874>. Acessado em: 20 nov de 2022.

HILBERT, Peter Paul. **A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná.** Boletim do Museu Emilio Goeldi. Nº 9. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará. 1955.

HILBERT, Peter Paul. HILBERT, Klaus. **Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamunda e Trombetas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 75: 1-11. 1980

NOELLI, Francisco Silva Cartas do sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 12: 303-304, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109456/0>. Acessado em: 12 nov. 2022.

JÁCOME, Camila Pereira. **Dos Waiwai aos Poco-Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu).** Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Antropologia. Universidade de São Paulo. 2017.

LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno. Arqueologia e comunidades tradicionais na Amazônia. **Rev. Ciência e Cultura**, Cienc. Cult. vol.65 no.2 São Paulo Apr./June 2013.

LIMA, Marjorie et al. Desafios das práticas arqueológicas e da preservação: dinâmicas socioculturais sobre e nos entornos dos sítios arqueológicos na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 16, 2021.

MACHADO, Juliana Salles. História (s) indígena (s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/369>. Acessado em: 23 out. 2022.

MCMANAMON, Francis. **Archaeological messages and messengers**. Public Archaeology. Volume 1. P. 5-20. 2000.. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/pua.2000.1.1.5>. Acessado em 20 jan. 2023.

MANFRINI, Marcelo Rolim. Etnografia na arqueologia: um caminho ético para a etnoarqueologia. **Emblemas**, Dossiê "Experimentações Etnográficas: Entrecruzando Linhas e Socialidades (Volume II) v. 15, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/emblemas/article/view/52860>. Acessado em: 20 jan 2023

NIMUENDAJÚ, Curt. **In pursuit of a past Amazon Archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region**. Transl. S. Rydén and P. Stenborg. Göte-borg: s. n., 2004.

NEPOMUCENO, Ingo Ian Rodrigues. **Arqueologia da cabanagem: uma proposta para Cuipiranga**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Programa de Antropologia e Arqueologia, Bacharelado em Arqueologia. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, 2017.

OKUYAMA, Adolfo Yuji; DE ASSIS, Nívia Paula Dias; KESTERING, Celito. OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **A fotografia nos procedimentos de documentação ao visual da arte rupestre**. 2014. Disponível em: <http://www.rupestreweb.info/fotografiaarterupestre.html>. Acessado em: 10 jan. 2023.

PÁTAMA, Helen Constaça. **The archaeology of the lower Tapajós Valley, Brazil: Transactions of the American Philosophical Society**. 1960.

PAPAVERO, Nelson. OVERAL, Wiillian. (org). **Taperinha** Ed. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011

PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera. **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT. 1112 p. 2 v.: il. v. 1: ISBN 978-85-61377-21-2. v. 2: ISBN 978-85-61377-22-9. 2010

PROUS, André. **Esculturas líticas inéditas da Amazônia oriental: estatuetas de quadrúpedes e "ídolo" em forma de boto**. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, v. 25, n. 1-2, 2016.

PROUS, André. ALONSO, Márcio. PILÓ, Henrique. XAVIER, Leandro. LIMA, Ângelo Pessoa. SOUZA, Gustavo Neves. Os machados pré-históricos no Brasil.

Descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais: fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização. **In Canindé. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, Editor José Alexandre Felizola Diniz. Vários Autores v. 2, p. 161-236, 2003.

ROCHA, Bruna Cigaran da. JÁCOME, Camila Pereira. STUCHI, Francisco Forte; MONGELÓ, Guilherme. VALLE, Raoni. **Arqueologia pelas gentes**. Revista Arqueologia, [S.l.],v.26,n.1, p.130--140, 2013.DOI: 10.24885/ssab.v26i1.373.

RODRIGUES, João Barbosa. **O Muyrakitã e os ídolos simbólicos: Estudo da origem asiática da civilização amazônica nos tempos pré-históricos**. Brasília, DF; Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1889

ROOSEVELT, Anna. C. HOUSLEY, Rupert. A.; SILVEIRA, Maura Imazio da; MARANCA, S. JOHNSON, R. **Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon**, Science, vol. 254: 1621-24. 1991

SCHANN, Denise; TRAVASSOS, Denise. **Um porto, muitas histórias : arqueologia em Santarém** / organizadoras Denise Pahl Schaan e Daiana Travassos Alves - Belém : Gráfica Supercorres, 162 p. : il., cor. ISBN: 978-85-63312-60-0 Vários autores. 2015.

SILVA, Fabíola Andréa. **Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material**. Métis: história & cultura, v. 8, n. 16, p. 121-139, 2009.

SILVA, Fabíola Andréa et al. Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena—um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a terra indígena Kayabi e a aldeia Lalima. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 509-514, 2007.

SILVA, Fabíola Andréa; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco Forte. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 3, n. 1, 2011.

SILVA, Fabíola Andréa. POVOS INDÍGENAS, COLONIALISMO E MEIO-AMBIENTE-ARQUEOLOGIA DA CONTEMPORANEIDADE NA AMAZÔNIA. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 19, n. 1, p. 60-77, 2021.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM - **Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Lago Grande e Nova Olinda**- Santarém 2006.

SILVA SOUSA, Enilson da. **Uso integrado de dados de sensoriamento remoto para o estudo da geologia e geomorfologia da área da foz rio Tapajós**, Santarém, Pará. 2009.

SILVA, Katiane. **Os Mundurukus do planalto santareno, resistência, identidade e território**- 2 - Beira do Rio - Edição Especial - Memória e Conflito, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346932983_Beira_Rio_Edicao_Especi

al - _Memoria_e_Conflito_-
_Os_Munduruku_do_Planalto_Santareno_resistencia_identidade_e_territorio.
Acessado em: 12 dez. 2022.

SOUSA, Laize Carvalho de. **Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social.**In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dez. 2018

STENBORG, Per. SCHANN, Denise Pahl. LIMA-AMARAL, Márcio. Precolumbian land use and settlement pattern in the Santarém region, lower amazon. **Revista Amazônica** 4 (1): 222-250. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v4i1.886>. Ano: 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284793323_Precolumbian_land_use_and_settlement_pattern_in_the_Santarem_region_Lower_Amazon. Acessado em 20 jan. 2023

TROUFFLARD, Joanna. **Cerâmicas da cultura Santarém, Baixo Tapajós.** In: Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Org. Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt. Publisher: IPHAN. Editor: Museu Paraense Emílio Goeldi Belém. ISBN: 9788561377830. P. 237-252, 2016.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida; CARVALHO, Luciana Gonçalves de (Org.). **Isso tudo é encantado. Santarém, PA.** Obra que reúne entrevistas realizadas por Florêncio Almeida Vaz Filho para o Programa Hora do Xibé, da Rádio Rural, em Santarém-PA, entre 2007 e 2013. Financiamento PROEXT/MEC 2011. ISBN 978-85-65791-13-7. : Universidade Federal do Oeste do Pará, 2013..

VAZ, Florêncio Almeida Filho **Pajés, benzedores, puxadores e parteiras, os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia.** Santarém UFOPA, 2016

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Barragens de Mineração na Amazônia: o rejeito e seus riscos associados em Oriximiná.** 1, ed. São Paulo. Comissão pró-índio, São Paulo, 2021